



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA A INOVAÇÃO**

LUMA DE OLIVEIRA SILVA

**JOGO EDUCATIVO SOBRE DIREITO AUTORAL PARA ESTUDANTES DE
ENSINO FUNDAMENTAL EM ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA**

PORTO VELHO

2024

LUMA DE OLIVEIRA SILVA

**JOGO EDUCATIVO SOBRE DIREITO AUTORAL PARA ESTUDANTES DE
ENSINO FUNDAMENTAL EM ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação – PROFNIT – Ponto Focal IFRO.

Orientadora: Prof. Dr^a Alecsandra Oliveira de Souza

PORTO VELHO

2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Silva, Luma de Oliveira.

Jogo educativo sobre direito autoral para estudantes de ensino fundamental em escola pública brasileira / Luma de Oliveira Silva. - Porto Velho, 2024.

146 f. : il.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Alecsandra Oliveira de Souza.

Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação - ProfNIT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2024.

1. Ensino fundamental. 2. Propriedade intelectual. 3. Direito Autoral. I. Souza, Alecsandra Oliveira de (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Roseni Santos Rodrigues, CRB-11/916

LUMA DE OLIVEIRA SILVA

**JOGO EDUCATIVO SOBRE DIREITO AUTORAL PARA ESTUDANTES DE
ENSINO FUNDAMENTAL EM ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação - PROFNIT: Ponto Focal IFRO.

Aprovada em: 26/02/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.^a Alecsandra Oliveira de Souza

Prof. Dr.^a Sônia Marise Salles Carvalho

Prof. Esp. João Bosco Viana de Oliveira

Prof. Dr. Ricardo Agum Ribeiro

**Se a educação não for provocativa,
não constrói, não se cria, não se
inventa, só se repete.**

Mario Sergio Cortella.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pois Sua presença em minha vida foi fundamental para alcançar o ponto em que estou hoje.

Ao **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO**, pela qualidade dos conhecimentos e aprendizagens proporcionados aos alunos.

A minha orientadora e **professora Dr.^a Alecsandra Oliveira de Souza** por sua orientação, paciência e disponibilidade constante.

Ao **professor Esp. João Bosco Viana de Oliveira** e à **professora Esp. Leila Lunardi**, agradeço por permitirem o desenvolvimento do projeto em sua escola e por estarem sempre disponíveis para colaborar.

À **professora Dr.^a Sonia Marise Salles Carvalho** e **Professor Dr. Ricardo Agum Ribeiro**, pois suas contribuições durante a banca foram fundamentais para a compreensão e aprimoramento da minha dissertação.

Aos meus pais, **Liosete Oliveira Silva** e **Rubens Pereira da Silva**, que sempre me apoiaram em todas as realizações dos meus sonhos.

Às minhas queridas irmãs, **Rayssa Oliveira Silva** e **Raniele Oliveira Silva** por seu amor e apoio incondicionais.

Aos meus *pets* **Justiça de Oliveira** e **Juninho de Oliveira** por trazerem alegria e companheirismo em todas as etapas de minha vida.

A mim mesmo por sempre manter uma disposição e vontade incessante de buscar novas aprendizagens e conhecimentos.

SILVA, Luma de Oliveira. **Jogo educativo sobre direito autoral para estudantes de Ensino Fundamental em escola pública brasileira.** (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Porto Velho, 2024.

RESUMO

Esta pesquisa teve como proposta de investigar a relevância do ensino de Propriedade Intelectual (PI) no contexto no ensino fundamental I e II, o direito autoral, que protege criadores de obras intelectuais, concede controle sobre a reprodução e distribuição de diversas criações, como literárias, artísticas e musicais. No contexto escolar, onde os alunos são estimulados à criatividade, o conhecimento sobre direito autoral é crucial. A Lei n. 9.610/1998 respalda as ações dos alunos nesse tema. Em regiões pequenas, como Candeias do Jamari, a implementação do ensino da PI é fundamental, pois a conscientização sobre o tema pode ser limitada. Observou-se na Escola Estadual Teodoro de Assunção em Candeias do Jamari a ausência de material didático para ensinar PI, especialmente direito autoral. Diante disso, foi desenvolvido um jogo educativo para os alunos do 5º ao 7º ano. Essa abordagem lúdica visou integrar o ensino de PI nas disciplinas, como história e literatura, proporcionando aos alunos uma compreensão prática e contextualizada da relevância da propriedade intelectual em diferentes contextos. Nesse sentido, como produto final desta pesquisa, foi elaborado um manual educativo que visa preencher essas lacunas, fornecendo orientações claras e recursos práticos para educadores incorporarem eficazmente o ensino de IP em suas práticas educativas.

Palavras-Chave: Ensino fundamental. PI. Direito Autoral.

SILVA, Luma de Oliveira. **Educational game about copyright for elementary school students in a Brazilian public school.** (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Porto Velho, 2024.

ABSTRACT

This research aimed to investigate the relevance of teaching Intellectual Property (PI) in the context of primary education I and II, copyright, which protects creators of intellectual works, grants control over the reproduction and distribution of various creations, such as literary, artistic and musical. In the school context, where students are encouraged to be creative, knowledge about copyright is crucial. Law no. 9,610/1998 supports students' actions on this topic. In small regions like Candeias do Jamari, the implementation of IP teaching is essential, as awareness on the topic may be limited. At the Teodoro de Assunção State School in Candeias do Jamari, there was a lack of teaching material to teach IP, especially copyright. Therefore, an educational game was developed for students from 5th to 7th grade. This playful approach aims to integrate the teaching of IP in disciplines, such as history and literature, providing students with a practical and contextualized understanding of the relevance of intellectual property in different contexts. In this sense, as a final product of this research, an educational manual was created that aims to fill these gaps by providing clear guidance and practical resources for educators to effectively incorporate IP teaching into their educational practices.

Keywords: Elementary School. PI. Copyright.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Roleta giratórias do 5º ano.....	30
Figura 2: Roleta giratórias do 7º ano.....	31
Figura 3 - Aula de Direito autoral realizada na escola Teodoro de Assunção no turno da manhã em 24/03/2023.....	32
Figura 4 - Aula de Direito autoral realizada na escola Teodoro de Assunção no turno da tarde em 24/03/2023.....	32
Figura 5 - Escolha dos temas realizada na escola Teodoro de Assunção no turno da manhã em 24/03/2023.....	33
Figura 6 - Escolha dos temas realizada na escola Teodoro de Assunção no turno da tarde em 24/03/2023.....	34
Figura 7 - Produção das obras artísticas realizada na escola Teodoro de Assunção no turno da manhã em 24/03/2023.....	36
Figura 8: Feira de arte de direito autoral realizada na escola Teodoro de Assunção em 14/04/2023.....	38
Figura 9: Feira realizada na escola Teodoro de Assunção no turno da manhã em 24/03/2023.....	38
Figura 10: Capa do livro.....	40
Figura 11: Capa do Manual.....	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matriz de validação/amarração.....	27
Quadro 2: Sistematização da relação PI com a educação.....	28

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular.

IFRO- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

PI- Propriedade Intelectual.

PROFNIT - Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação.

TT - Transferência de Tecnologia

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	13
2 INTRODUÇÃO	14
3 JUSTIFICATIVA	16
3.1 LACUNA A SER PREENCHIDA	16
3.2 ADERÊNCIA	16
3.3 IMPACTO	16
3.4 APLICABILIDADE	17
3.5 INOVAÇÃO	17
3.6 COMPLEXIDADE	17
4. OBJETIVOS	18
4.1 OBJETIVO GERAL.....	18
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
5 REFERENCIAL TEÓRICO	18
5.1 PROPRIEDADE INTELECTUAL	18
5.2 DIREITO AUTORAL E A EDUCAÇÃO	20
5.3 PRÁTICAS EMPREENDEDORAS EM SALA	22
5.4 APRENDIZAGEM LÚDICA DO ENSINO SOBRE DIREITO AUTORAL	23
6 METODOLOGIA	25
6.1 ETAPAS METODOLÓGICAS	25
6.1.1 Etapa metodológica 1: Levantamento de dados bibliográficos sobre o ensino do direito autoral:	26
6.1.2 Etapa metodológica 2: Projeção e elaboração do modelo didático:	26
6.1.3 Etapa metodológica 3: Aplicação do modelo didático:	27
6.1.4 Etapa metodológica 4: Divulgação dos produtos produzidos pelos discentes:	27
6.1.5 Etapa metodológica 4: Produção do livro e manual de uso das roletas:	27
7 MATRIZ DE AMARRAÇÃO	29
8. RESULTADOS	30
9. DISCUSSÃO	43
10. IMPACTOS	45
11. ENTREGÁVEIS DE ACORDO COM OS PRODUTOS DO TCC	46
13. CONCLUSÃO	47
14. PERSPECTIVAS FUTURAS	48
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE A - Matriz FOFA (SWOT)	52
APÊNDICE B - Modelo de Negócio CANVAS	53
APÊNDICE C - Artigo publicado	54
APÊNDICE D - Produto técnico-tecnológico	62
ANEXO E - Carta de Anuência	128

ANEXO F – Declaração de interesse.....	129
ANEXO G-ANEXO I- ATA DA 153ª REUNIÃO DA COMISSÃO ACADÊMICA NACIONAL (CAN	130
ANEXO H- Declaração Proficiência em Inglês	135
ANEXO I- Proposta de Oficina Profissional	137
ANEXO J- DECLARAÇÃO DISPONIBILIDADE SUPERVISOR VOLUNTÁRIO	141
ANEXO K- Relatório Final de Oficina Profissional.....	142
ANEXO L- Produtos gerados (<i>folder</i>).....	145

1 APRESENTAÇÃO

Meu nome é Luma de Oliveira Silva, sou licenciada em Pedagogia, com especializações *lato sensu* em Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Psicomotricidade. Os conhecimentos pedagógicos adquiridos ao longo de minha formação inicial e continuada foram fundamentais para o incentivo a cursar pós-graduação *stricto sensu ao nível* de mestrado.

O contato com a Propriedade Intelectual (PI) e Transferência de Tecnologia (TT) ocorreu por meio do edital de seleção do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFFNIT) em 2020. Assim, surgiu o interesse em estudar e me preparar para a próxima seleção.

Ao entrar no mestrado em 2022, participei e realizei diversos cursos visando adquirir conhecimentos sobre PI, conhecer os temas relacionados à Propriedade Industrial, Proteção *Sui Generis* e Direito Autoral. A PI é um tema relevante, principalmente no campo do direito autoral, para os alunos da Educação Básica terem acesso aos conhecimentos científicos em sala de aula.

Durante o período escolar, os educandos estão constantemente envolvidos com atividades relacionadas aos direitos autorais, como projetos de arte, criação de música e produção de obras artísticas recicláveis na semana do meio ambiente, entre outros.

Diante disso, este trabalho apresentou uma proposta de ensino do direito autoral para os alunos do Ensino Fundamental I e II da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Teodoro de Assunção, localizada em Candeias do Jamari, Rondônia, por meio da aplicação de um material didático.

Nesse sentido, com este trabalho, espera-se fortalecer a criação e inovação no ambiente de aprendizagem escolar, contribuindo para a promoção e divulgação de conhecimentos da PI na educação básica, visto que essa temática no contexto educativo ainda é algo novo.

2 INTRODUÇÃO

O direito autoral trata sobre direitos que protege os criadores de obras intelectuais, concedendo aos autores o controle de reprodução e distribuição de suas criações, incluindo obras literárias, artísticas, musicais, audiovisuais, arquitetônicas, *software* e entre outras (Ghesti; Areas; Panzolini, 2018).

Fazendo um recorte para o ambiente escolar, sabe-se que a sala de aula é um espaço onde os alunos são estimulados a serem criativos e reflexivos frequentemente, por meio de textos, desenhos, teatros e outros meios. Assim, o acesso ao conhecimento sobre direito autoral é essencial para a conscientização dessa temática, visto que os discentes já realizam ações relacionadas a esse tema, respaldadas pela Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que consolida a legislação sobre direitos autorais.

O Projeto PI nas Escolas promove justamente a integração de saberes relativos à propriedade intelectual a partir das diretrizes e propostas curriculares, de forma a atender e potencializar as expectativas de ensino e de aprendizagem; a interdisciplinaridade – integração de disciplinas – e as transversalidades – definição de temas transversais–, com a distribuição do tempo pelos componentes curriculares, orientação, atividade e materiais didáticos integrados, além de parâmetros e instrumentos de coleta de dados para avaliação (Brasil, 2023, p. 23).

Dessa forma, o Projeto incentiva educadores e líderes escolares a conscientização sobre propriedade intelectual no ambiente escolar, visando integrar conceitos relacionados à propriedade intelectual transversalmente. Nesse contexto, é fundamental implementar o ensino da PI no ambiente escolar, especialmente em regiões pequenas como o município de Candeias do Jamari, onde essa prática é deficiente.

Ao incentivar os alunos a respeitar a autoria e a compreender os princípios da Propriedade Intelectual, ampliam-se seus horizontes sobre inovação e transferência de tecnologia, além de atuar como um impulso para o desenvolvimento local nas pequenas cidades, onde a conscientização sobre esses temas pode ser limitada (Brasil, 2023).

Com base nesse pressuposto, observou-se que a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Teodoro de Assunção, localizada em Candeias do Jamari, atende alunos da zona urbana, rural e residentes da BR-364, com as séries do 5º ao 9º ano, promove a valorização da autonomia e criatividade, buscando

desenvolver as competências e habilidades dos alunos

Contudo, observou-se a ausência de material didático que promova o ensino da Propriedade Intelectual, especialmente no campo do direito autoral, na unidade escolar, essa constatação foi feita por meio de uma busca de anterioridade feita no *locus*.

Nesse sentido, foi desenvolvido um jogo educativo sobre direito autoral para estudantes do 5º e 7º ano da referida escola. Por meio desse material, foi possível oferecer o ensino sobre a propriedade intelectual e direitos autorais aos alunos do Ensino Fundamental I e II de forma lúdica. Isso ocorre porque o ensino da Propriedade Intelectual pode ser integrado por meio de disciplinas como história, literatura, artes, português, entre outras.

Dessa maneira, os alunos têm a oportunidade de compreender a relevância da temática em diferentes contextos.

[...] a PI se estende além de uma disciplina e tem potencial para ser integrada em disciplinas comuns em todos os níveis educacionais. Na verdade, a educação em PI é facilmente adaptada ao ensino transcurricular. Além disso, as reformas curriculares, que se concentram em novas competências transversais para impulsionar a criatividade e a inovação, criarão novas oportunidades para uma melhor integração da educação em PI (Brasil, 2023, p. 20).

A medida que os currículos escolares passam por mudanças, com enfoque em desenvolver novas competências transversais para estimular a criatividade e a inovação, surgem oportunidades para uma melhor integração da educação em PI. Portanto, a proposta é que a educação em PI não seja restrita a uma única disciplina, mas permeie de maneira transversal o currículo escolar, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à criatividade e inovação entre os estudantes (Brasil, 2023).

No primeiro contato com a referida escola, foi observado que os alunos estavam envolvidos em diversas atividades relacionadas ao campo do direito autoral. Entretanto, naquela ocasião, não havia conhecimento sobre esse tema.

Com essa lacuna gerou a necessidade de integração dessas práticas com conhecimentos científicos. Diante dessa constatação, a motivação para a execução desse trabalho surgiu devido à ausência de conteúdos científicos e materiais didáticos que oferecessem conhecimentos sobre direito autoral na referida unidade escolar.

3 JUSTIFICATIVA

Nesta seção é delimitada a fundamentação que confere significado a esta dissertação, destacando a relevância do tema explorado ao longo deste estudo.

3.1 LACUNA A SER PREENCHIDA

A proposta do jogo didático surgiu por dois motivos, sendo o primeiro que a pesquisadora trabalhava na referida escola, com a familiaridade com o local, o segundo trata-se da ausência de ensino sobre PI em geral e principalmente no campo de direito autoral.

Portanto, esta proposta oportunizou a chance de realizar um projeto-piloto na unidade escolar, pois os educandos já produzem, constantemente, diversas obras intelectuais em sala como: produção de texto, criação de desenho, pintura, fabricação de arte com materiais reciclados e entre outros, sem possuir o conhecimento para proteção de suas produções no campo do direito autoral.

O ensino do Direito Autoral é fundamental, pois a sociedade está constantemente conectada aos recursos digitais, tornando-se o acesso a obras intelectuais facilitado, ocasionando o compartilhamento de conteúdo de forma rápida. Assim, compreender os princípios do direito autoral desde cedo é fundamental para as crianças desenvolverem uma consciência ética em relação a PI, reforçando a relevância da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na promoção do empreendedorismo por meio de inovações de abordagens pedagógicas.

3.2 ADERÊNCIA

A aderência do projeto está associada ao PROFNIT, devido ser um material didático dirigido a um público específico, sobre Propriedade Intelectual, onde realiza a conexão entre PDI, tecnologia e desenvolvimento com a educação básica, mostrando as possibilidades de ensino relacionado a temática.

3.3 IMPACTO

O projeto tem como impacto a propagação de conhecimento sobre propriedade intelectual no campo do direito autoral para os alunos da referida escola, promovendo a divulgação de conhecimentos e estimulando a criação de inovações nas unidades escolares.

As mudanças previstas estão relacionadas à expansão dos conhecimentos e à oferta de incentivos para os alunos e professores para desenvolver suas próprias obras intelectuais por meio da interdisciplinaridade das matérias que se relacionam com a PI.

Ao proporcionar uma base sólida em PI, os discentes e docentes adquirem conhecimentos teóricos e habilidade prática de aplicar esses conhecimentos na resolução de problemas específicos da cidade, promovendo a inovação local, gerando soluções adaptadas ao contexto regional.

3. 4 APLICABILIDADE

Devido ao estudo de Propriedade Intelectual possuir baixa divulgação no meio escolar, essa produção poderá ter aplicabilidade em outras escolas no Estado de Rondônia, não se limitando somente ao campo de estudo da Escola Teodoro de Assunção.

3. 5 INOVAÇÃO

A produção possui um médio teor inovativo, por tratar se de uma combinação de conhecimentos pré-estabelecidos. Para a elaboração deste material didático, foi feita uma adaptação de outros materiais já existentes, promovendo o ensino do direito autoral de forma lúdica.

3. 6 COMPLEXIDADE

Este projeto tem como produção a baixa complexidade, devido não necessitar de participação de autores diferentes, pois é a elaboração de um dispositivo que por

meio dele cria-se as outras etapas com adaptações de outros jogos já existentes, destacando como inovação a preparação dos alunos na criação de inovações.

4. OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Propor inovação no ensino e aprendizagem do currículo da escola fundamental brasileira, por meio da introdução do tema direito autoral como aprendizagem ativa na sala de aula.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Criar um material didático sobre Propriedade Intelectual no campo de direito autoral para os alunos do ensino fundamental da escola Teodoro de Assunção;

Analisar os dados sobre ensino do direito autoral e obras intelectuais;

Avaliar métodos e recursos para o material didático sobre direito autoral no ensino fundamental Avaliar métodos e recursos para o material didático sobre direito autoral no ensino fundamental.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, foram examinadas as principais teorias, conceitos e pesquisas que sustentam a investigação dessa temática. Esses conhecimentos são fundamentais para a compreensão do tema.

5.1 PROPRIEDADE INTELECTUAL

Em 1967, foi estabelecida a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), uma entidade autônoma de Direito Internacional Público que se enquadra do Sistema das Nações Unidas, possuindo propósito fundamental de salvaguardar e promover os direitos relacionados à Propriedade Intelectual em escala global. A OMPI desempenha um papel crucial na criação e manutenção de um ambiente propício à inovação, estimulando a proteção dos direitos autorais, marcas, patentes, desenhos

industriais e outros aspectos fundamentais da propriedade intelectual (Ghesti; Areas; Panzolini, 2018).

Conforme a definição apresentada por Duarte (2018, p. 7) acerca da PI, o autor afirma que:

A Propriedade Intelectual é um ramo do direito cuja finalidade é a proteção dos bens imateriais oriundos da criação humana, sejam eles de cunho artístico, literário, científico ou tecnológico, protegidos para que o detentor possua o reconhecimento da sua propriedade, além de poder fazer jus à exploração econômica da sua criação.

Nesse contexto, compreende-se a PI como um ramo do direito específico para a salvaguarda de criações humanas intangíveis, abrangendo expressões artísticas, literárias, científicas e tecnológicas, visando proporcionar aos criadores o reconhecimento de sua propriedade intelectual, conferindo-lhes o direito exclusivo de explorar economicamente suas obras (Duarte, 2018).

No cenário brasileiro, o marco inaugural referente à Propriedade Intelectual surgiu com o Alvará de Dom João VI, datado de 1809, com esse documento o Brasil foi uma das primeiras nações a instituir normas específicas para a proteção da propriedade intelectual, o documento sinalizou o reconhecimento da relevância econômica das criações e configurou-se como um dos primeiros instrumentos de desenvolvimento econômico do país (Valente; Tavares; Luciano, 2022).

O Alvará promoveu a proteção da propriedade intelectual, delimitando um caminho na evolução da legislação de PI, esse percurso reflete na maturidade do país e no reconhecimento da relevância das criações intelectuais, destacando a conexão entre a proteção legal e o desenvolvimento econômico (Afonso, 2009).

Como já mencionado, a PI é um conceito que abrange diversas áreas, como patentes, marcas, desenho industrial, indicação geográfica, proteção *Sui generis* e direito autoral. Para compreender melhor essa temática, é fundamental conhecer essas categorias (Duarte; Pereira, 2009).

As patentes desempenham um papel crucial no estímulo da inovação, proporcionando aos inventores o desenvolvimento de novas tecnologias e processos, tendo o direito exclusivo de produção para vender ou usar uma determinada invenção (Duarte; Pereira, 2009).

As marcas são divididas em: símbolos, nomes e logotipos, são elementos distintivos que identificam produtos ou serviços de uma empresa, ajudando a

estabelecer a identidade e a confiança, diferenciando seus produtos dos concorrentes (Jungmann; Bonnetti, 2010).

O desenho industrial se refere à proteção estética de produtos, como o *design* de um objeto, sua forma, textura ou ornamentação, visa proteger a aparência de produtos contra cópias não autorizadas (Jungmann; Bonnetti, 2010).

Uma indicação geográfica identifica produtos originários de uma determinada região geográfica que possuem características específicas ou classificação de qualidade associada a essa região (Buainain; Souza, 2018).

A proteção Sui Generis abrange formas de proteção específicas para tipos de propriedade intelectual, como: proteção de cultivares de plantas, proteção de segredos comerciais e entre outros (Buainain; Souza, 2018).

O direito autoral protege as obras criativas, como: músicas, obras de arte, filmes e entre outros, concedendo ao criador o direito exclusivo de reproduzir, distribuir, exibir ou adaptar a obra por um período que varia de cada país. Ademais, desempenha um papel crucial na promoção da diversidade cultural e na preservação da originalidade das obras, incentivando a criação contínua, assegurando o conhecimento e a criatividade (OMPI, 2002).

Nesse sentido, a Propriedade Intelectual desempenha um papel fundamental na promoção da inovação, na proteção dos direitos dos criadores e na promoção do desenvolvimento econômico, sendo um campo em constante evolução (Santos, 2019).

5.2 DIREITO AUTORAL E A EDUCAÇÃO

O direito autoral se refere à proteção legal de invenções e criações, incentivando a inovação e a criatividade, além de garantir a remuneração aos criadores e inventores (Ghesti; Areas; Panzolini, 2018).

Nesse sentido, existe o projeto “PI nas Escolas”, desenvolvido pelo Governo Federal com o apoio do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), incentivando a introdução do conhecimento sobre Propriedade Intelectual nos estabelecimentos de ensino público e privado, desde o ensino fundamental até o médio.

O projeto “PI nas Escolas” estimula a realização de atividades pedagógicas

relacionadas à Propriedade Intelectual, como debates, palestras, jogos e concursos, visando estimular o aprendizado dos alunos e despertar o interesse pelo tema (Silva; Souza, 2022).

Assim, esse projeto é uma iniciativa essencial para disseminar a cultura da Propriedade Intelectual na sociedade brasileira, garantindo a formação de cidadãos conscientes e responsáveis em relação ao uso e proteção das criações intelectuais (Silva; Souza, 2022).

A PI no espaço educativo pode envolver diversas categorias de obras protegidas por direitos autorais como: versos, gibi, material audiovisual, jogos educativos, músicas e entre outros, sendo fundamental que as pessoas que criam essas obras tenham seus direitos protegidos (Ghesti; Areas; Panzolini, 2018).

A utilização do PI no espaço educativo deve proteger os direitos autorais e a propriedade intelectual dos titulares, garantido a sustentabilidade do mercado de criação de conteúdo e a valorização do trabalho da obra (Nascimento et al., 2022).

O direito autoral se aplica em todas as obras intelectuais criadas por seres humanos, incluindo textos, músicas, imagens, vídeos, *softwares* e outras formas de expressão criativa (Panzolini, 2020).

Assim, a Lei Nº 9.610/1998, é a principal legislação que regula os direitos autorais no Brasil e estabelece as condições para a proteção. É fundamental frisar que existem diversos artigos científicos que abordam a temáticas relacionadas à propriedade intelectual, essas pesquisas são essenciais para difusão e ampliação de conhecimentos para a sociedade.

A disseminação e o acesso facilitado aos conteúdos educacionais podem inadvertidamente resultar em visibilidade das obras distribuídas em plataformas digitais, sem o devido reconhecimento do autor. No cenário educacional contemporâneo, a ampliação do acesso à educação e o uso crescente de recursos digitais intensificam as discussões em torno dos direitos autorais, porque tais recursos frequentemente incorporam obras protegidas por direitos autorais (Argollo, 2019).

Nesse sentido, Argollo (2019) destacou a relevância de se abordar essa questão de forma ética e legal, promovendo práticas educacionais que respeitem os direitos autorais e reconheçam a contribuição dos criadores. A reflexão sobre esses desafios no ambiente educativo é fundamental para encontrar soluções que permitam o acesso amplo à informação, ao mesmo tempo, preserve a integridade e os direitos dos detentores de direitos autorais.

Assim, é fundamental que os educadores, estudantes e instituições de ensino estejam cientes das leis de direitos autorais em vigor e sigam as práticas éticas e legais ao utilizar recursos digitais. O debate sobre direitos autorais no contexto educativo considera tanto a necessidade de acesso amplo à educação quanto a relevância de acompanhar o trabalho intelectual dos outros (Valente; Tavares; Luciano, 2022).

Ao adotar uma postura consciente em relação aos direitos autorais, os docentes podem exercer um papel fundamental na orientação dos estudantes sobre a relevância de acompanhar e cumprir o trabalho intelectual dos outros, ensinando práticas de pesquisa e fontes que podem ser utilizadas, bem como fomentar a originalidade e a criação de conteúdo próprio (Valente; Tavares; Luciano, 2022).

5.3 PRÁTICAS EMPREENDEDORAS EM SALA

O empreendedorismo na educação é uma abordagem eficaz para o desenvolvimento de habilidades como: resolução de problemas, pensamento crítico e criatividade, pois as práticas empreendedoras em sala de aula são fundamentais para a educação básica (Guimarães; Santos, 2020).

Ao introduzir o empreendedorismo na educação básica, os educadores desenvolvem competências nos alunos relacionado com a economia e gerenciamento de um negócio, pois os educandos aprendem a abordar os desafios de maneira inovadora, procurando soluções únicas e criativas, pois o empreendedorismo capacita os alunos a assumirem o controle de seu próprio aprendizado e a se tornarem agentes de mudança na sua realidade (Schaefer; Minello, 2020).

Cabe salientar que o empreendedorismo possui integração com a PI, por possibilitar uma base sólida para o desenvolvimento de habilidades criativas e inovadoras em alunos na educação básica (Costa; Aragão, 2022).

Como já mencionado a PI abrange direitos autorais, patentes, marcas e proteção *Sui generis*, na educação básica é fundamental que os alunos compreendam a relevância de proteger suas ideias e criações, visto que nessa fase os alunos realizam diversas criações e inovações no ambiente escolar (Costa; Aragão, 2022).

O ensino da PI com a integração das práticas empreendedoras possibilita um aprendizado por meio de exemplos práticos, que estão relacionados com projetos

em sala de aula, onde os alunos aprendem os conteúdos sobre respeitar os direitos autorais e licenças (Rodrigues; Santos; Oliveira, 2023).

Ao explorar o estudo da PI, os estudantes adquirem conhecimentos técnicos, desenvolvendo apreciação pelos direitos autorais alheios. Essa compreensão os capacita a evitar práticas como plágio e uso indevido de materiais protegidos, promovendo, a internalização de valores éticos essenciais para empreendedores (Rodrigues; Santos; Oliveira, 2023).

Nessa perspectiva, a realização de oficinas dedicadas à criação e registro de conteúdo oferece uma oportunidade para os alunos aprenderem a conceber materiais originais, como histórias, obras de arte ou composições musicais. Além disso, ao explorar o processo de registro de direitos autorais, os alunos são capacitados a proteger suas criações, compreendendo as nuances legais que envolvem a propriedade intelectual (Costa; Aragão, 2022).

Essa abordagem fortalece a consciência ética dos estudantes, e os introduz a práticas empreendedoras, pois ao entenderem como garantir a proteção legal de suas obras, os alunos têm a oportunidade de explorar maneiras de monetização de suas criações, integrando valores empreendedores ao seu repertório de habilidades, incentivando a originalidade e fornecendo ferramentas práticas para os estudantes aplicarem seus talentos de maneira ética e sustentável (Silva, 2016).

A PI é uma fonte de geração de dinheiro para indivíduos, empresas e instituições de ensino, pois existem diversas maneiras pelas quais a PI pode ser monetizada, tais como: licenciamento, *royalties*, franquias, venda de produtos e serviços (Schaefer; Minello, 2016).

O licenciamento é uma forma de ganhar dinheiro com PI, pois permitir que terceiros usem sua inovação ou criação como patentes, marcas registradas, direitos autorais ou segredos comerciais, mediante o pagamento de uma taxa. Essa atividade de licenciamento ocorre com os músicos, eles podem licenciar suas músicas para uso em filmes, comerciais ou em outras gravações. As empresas frequentemente licenciam tecnologias patenteadas para outras empresas que desejam usá-las em seus produtos (Costa; Aragão, 2022).

Os *royalties* são pagamentos recorrentes feitos a detentores de PI quando seu trabalho é usado ou vendido, assim os escritores podem receber *royalties* a cada cópia de seu livro vendida, gerando um fluxo de renda ao longo do tempo (Guimarães; Santos, 2020).

No contexto de marcas registradas, a franquia é uma maneira de expandir um negócio, isso ocorre quando uma empresa concede a terceiros o direito de usar sua marca registrada e modelo de negócios em troca de taxas (Guimarães; Santos, 2020).

Os produtos ou serviços podem ser vendidos, assim é feita a venda de uma patente que serviu como a base para o desenvolvimento de um produto inovador no mercado. Outra venda pode ser feita por meio de uma marca usada já registrada (Costa; Aragão, 2022).

Os serviços de consultoria podem ser vendidos em área específica da PI como direitos autorais, patentes ou marcas registradas, esses serviços ajudam outras pessoas ou empresas a proteger e monetizar sua inovação ou criação (Schaefer; Minello, 2016).

A PI gera dinheiro de várias maneiras, seja por meio de licenciamento, vendas, *royalties*, desenvolvimento de produtos, franquias e serviços de consultoria na educação. Assim, a monetização da PI requer a compreensão, planejamento e a capacidade de proteger e promover os direitos de propriedade intelectual no mercado e na educação (Silva, 2016).

5.4 APRENDIZAGEM LÚDICA DO ENSINO SOBRE DIREITO AUTORAL

O ensino de direito autoral pode ser transformado em uma experiência de aprendizagem envolvente e significativa por meio da incorporação de métodos inovadores, como a educação lúdica e as metodologias ativas. A integração desses elementos enriquece o processo de aprendizagem, tornando-o dinâmico, participativo e significativo para os alunos (Serique; Paxiúba, 2023).

A educação lúdica utiliza o jogo e a brincadeira como ferramentas centrais de aprendizagem, tornando o processo dinâmico e participativo. No contexto do direito autoral, jogos de tabuleiro e atividades interativas permitem que os alunos explorem conceitos abstratos de forma prática e acessível (Brasil, 2023).

Os jogos de tabuleiro simulam situações reais envolvendo questões de direitos autorais, como a proteção de obras criativas, o uso justo de material protegido e a resolução de conflitos de propriedade intelectual. Essas atividades tornam o aprendizado divertido, incentivando a aplicação prática dos conceitos aprendidos e o desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas (Serique; Paxiúba, 2023).

Por sua vez, as metodologias ativas colocam o aluno no centro do processo de

aprendizagem, incentivando a participação, a colaboração e a reflexão crítica (Bezerra *et al.*, 2020).

No ensino sobre direito autoral, isso pode incluir debates em sala de aula sobre questões éticas e legais relacionadas à propriedade intelectual, estudos de caso que exigem análise crítica de situações reais e projetos de pesquisa que incentivam os alunos a explorar tópicos específicos de interesse dentro do campo do direito autoral.

Ao integrar a educação lúdica e as metodologias ativas no ensino sobre direito autoral, os educadores podem criar experiências de aprendizagem envolventes e significativas, capacitando os alunos a entender os conceitos fundamentais do direito autoral e a aplicar esse conhecimento de forma ética e responsável em suas vidas pessoais e profissionais (Serique; Paxiúba, 2023).

6 METODOLOGIA

6.1 ETAPAS METODOLÓGICAS

A pesquisa realizada na Escola Teodoro de Assunção representa um projeto-piloto inovador, caracterizado pela sua natureza de pesquisa-ação e pela aplicação de procedimentos descritivos, apoiados por fontes bibliográficas. Este estudo aborda questões fundamentais no contexto educacional, visando compreender a realidade escolar, e propor intervenções concretas no ambiente de aprendizagem.

A natureza da pesquisa-ação adotada neste projeto implica uma abordagem participativa, na qual os pesquisadores não são apenas observadores externos, mas também agentes de mudança dentro do contexto estudado, envolvendo uma colaboração com os membros da comunidade escolar, incluindo professores, alunos, pais e administradores. Quanto aos procedimentos, a pesquisa foi adotado uma abordagem descritiva, que buscava caracterizar e entender os fenômenos observados na Escola Teodoro de Assunção.

Essa pesquisa fez uso de fontes bibliográficas, incorporando teorias, conceitos e evidências empíricas relevantes da literatura, proporcionando uma base sólida para a análise e interpretação dos dados coletados, permitindo contextualizar suas descobertas.

Para realizar essa atividade, foi desenvolvida a fabricação de dois dispositivos com finalidade educativa, duas roletas giratórias, cuja proposta é auxiliar na divisão

dos temas. O desenvolvimento da proposta foi desenvolvido nas seguintes etapas metodológicas.

6.1.1 Etapa metodológica 1: Levantamento de dados bibliográficos sobre o ensino do direito autoral:

Foi conduzido um levantamento bibliográfico utilizando as seguintes palavras-chave: educação, propriedade intelectual e Direito Autoral, por meio das plataformas Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O objetivo dessa etapa era investigar as produções relacionadas a esse tema, visando estabelecer um embasamento teórico.

6.1.2 Etapa metodológica 2: Projeção e elaboração do modelo didático:

A produção do material didático consistia criação de duas roletas giratórias pedagógicas. A decisão de optar por uma roleta para o modelo didático foi fundamentada em considerações pedagógicas específicas: a roleta, por sua natureza giratória, proporciona um elemento de aleatoriedade que pode ser explorado de maneira dinâmica no contexto educacional, introduzindo uma abordagem lúdica, mantendo os alunos envolvidos e oferecendo variação nas interações durante as atividades pedagógicas.

Quanto à escolha das palavras para cada roleta, esse processo envolveu a seleção de termos relevantes aos objetivos educacionais. Desta forma, cada palavra foi escolhida com base na sua aplicabilidade ao conteúdo curricular e na capacidade de desafiar e expandir o entendimento dos alunos sobre a PI e direito autoral.

A seleção das cores vibrantes e contrastantes desempenhou um papel para aumentar a atratividade visual do material didático, buscando criar um ambiente estimulante para o aprendizado. Todas essas escolhas metodológicas foram ponderadas para maximizar a eficácia do modelo didático. As palavras selecionadas e as cores empregadas foram integradas para criar uma ferramenta educacional envolvente e impactante, alinhada aos objetivos de ensino e aprendizado estabelecidos.

Vale ressaltar que, embora as roletas compartilhassem semelhanças estéticas, cada uma delas continha palavras diferentes para proporcionar variação

entre as turmas. Essa abordagem visa oferecer uma variedade de termos específicos para cada turma, enriquecendo as experiências individuais de aprendizado e adaptando o material didático às necessidades e níveis de compreensão de cada turma.

6.1.3 Etapa metodológica 3: Aplicação do modelo didático:

A atividade compreendeu a realização de uma aula expositiva sobre PI, com ênfase no campo do direito autoral, utilizando materiais artesanais e as roletas giratórias. Essa atividade educativa foi conduzida em duas turmas da escola, uma do 7º ano do Ensino Fundamental II e outra do 5º ano do Ensino Fundamental I.

A escolha das salas foi guiada por considerações como o orçamento e o tempo limitado, sendo selecionado duas turmas, um dos anos iniciais e outra dos anos finais. A escolha da turma do Ensino Fundamental I, foi motivada por ser a última turma desse segmento na escola, enquanto a do Ensino Fundamental II foi selecionada por meio um sorteio

6.1.4 Etapa metodológica 4: Divulgação dos produtos produzidos pelos discentes:

A exposição das criações elaboradas pelos alunos foi conduzida no dia 14 de abril de 2023, abrangendo tanto o turno matutino quanto vespertino. O evento, organizado como uma feira de arte dedicada aos direitos autorais, tinha como principal propósito promover a divulgação das obras intelectuais relacionadas à Propriedade Intelectual para todos os alunos de diferentes turmas, bem como para os colaboradores da escola.

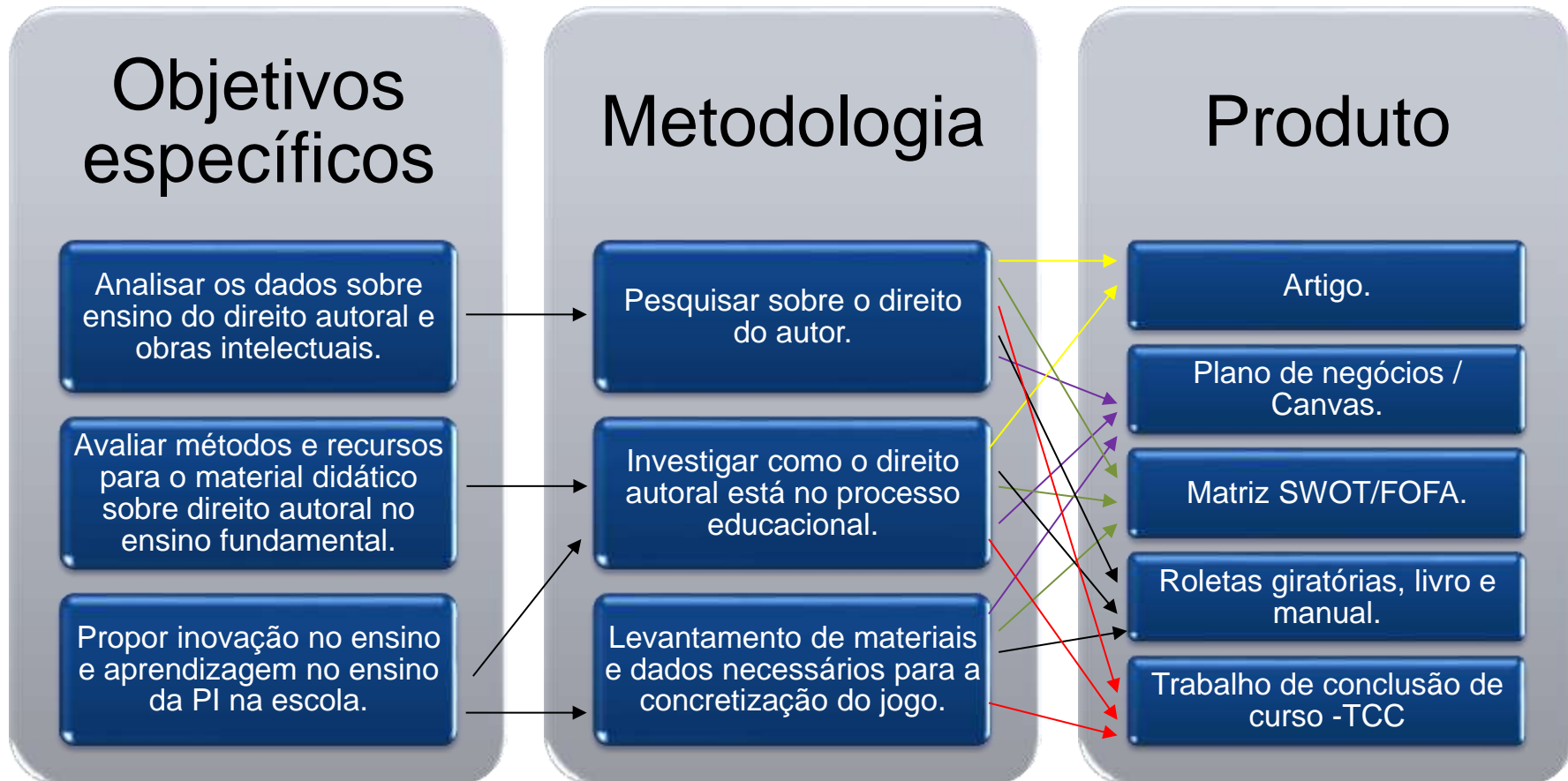
6.1.5 Etapa metodológica 4: Produção do livro e manual de uso das roletas:

Além da exposição na feira de artes, foi encaminhado para os responsáveis dos alunos um termo de autorização para o uso das obras para publicação em formato de livro impresso. Para isso, as obras foram fotografadas, digitalizadas e agrupadas pelo site “crieseulivro.com.br”.

O manual de uso das roletas foi concebido para proporcionar orientação e conhecimento sobre a PI, além de instruções detalhadas sobre como conduzir as roletas no contexto educativo.

7 MATRIZ DE AMARRAÇÃO

Quadro 1 - Matriz de validação/amarração



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

8. RESULTADOS

Foram identificados vários materiais pertinentes à temática pesquisada. Para uma compreensão aprofundada das contribuições dos autores, consulte o quadro 2 abaixo.

Quadro 2: Sistematização da relação PI com a educação.

Autor	Título	Ano	Citação
Carolina Panzolini.	Manual de direitos autorais	2020	O fortalecimento da cultura de direito autoral só é possível por meio da educação e difusão da matéria, em larga escala e de forma sistemática. O direito autoral tangencia a vida de todo cidadão, em alguma medida, seja em razão da condição de elaborador de obra intelectual, seja porque todo cidadão tem acesso a obra intelectual, para suas atividades ordinárias (Panzolini, 2020, p.15).
Alice Aquino Zanin.	Recursos educacionais abertos e direitos autorais: análise de sítios educacionais brasileiros.	2017	Os direitos autorais relacionam-se à educação pelo fato de que todo educador é autor, ou deveria ser, e porque a construção do conhecimento nunca parte do zero,mas é uma evolução do que já existe (ZANIN, 2017, p. 6).

Sergio Branco	A lei autoral brasileira como elemento de restrição à eficácia do direito humano à educação.	2007	[...] o direito autoral deve estar a serviço do cumprimento de sua função social, o que necessariamente abrange a garantia de acesso ao conhecimento e à educação (Branco, 2007, p. 128).
Flaviane Mugnolo do Nascimento <i>et al.</i>	Propriedade Intelectual para Inovação: elaboração de uma cartilha sobre inovação tecnológica para profissionais da educação.	2021	A literatura menciona que a necessidade de materiais de apoio, como cartilhas, que mencionem a inovação e a tecnologia, é iminente, pois o mundo mudou e hoje se consome e se produz muito mais por meios tecnológicos que outrora. Logo, na educação, que é a base da construção social, não poderia ser diferente (Nascimento <i>et al.</i> , 2021, p.139).

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados obtidos dos artigos (2024).

Essas obras identificadas no quadro 2 acima forneceu uma base sólida para a compreensão das relações entre educação, propriedade intelectual e direitos autorais. Assim, os autores afirmam que existem poucos materiais sobre essa temática. Por isso, ela deve ser trabalhada no contexto educacional, visto que constitui ações essenciais para os educadores, pesquisadores e profissionais que buscam entender sobre as leis e éticas associadas à PI no contexto educativo.

Com o levantamento bibliográfico pronto, foi possível realizar a projeção das roletas giratórias, que possuem 12 lados, para a seleção das palavras foi considerado

o nível de escolaridade dos alunos, foram colocadas algumas palavras distintas para cada uma. Veja a figura 1 abaixo.

Figura 1: Roleta giratórias do 5º ano.



Fonte: Luma de Oliveira Silva (2023).

Conforme mostrado na figura 1 as palavras da roleta 1 incluíam: poesia, gibi, criação de história, desenho, arte com massa de modelar, arte com geometria, arte em origami, pintura com as mãos, pintura de paisagem, pintura com canudo, pintura em relevo e pintura abstrata.

Quanto à roleta 2, suas palavras eram: mini livro, poema, gibi, arte rupestre, arte barroca, arte de artesanato, arte com geometria, arte com palito, arte em relevo, arte em origami, desenho livre e pintura abstrata. Veja a figura 2 abaixo.

Figura 2: Roleta giratórias do 7º ano



Fonte: Luma de Oliveira Silva (2023).

Essa abordagem interativa permitiu que os alunos se envolvessem ativamente na aprendizagem, além de promover a criatividade e a compreensão do tema. Ademais, os resultados da atividade incluíram diversas pinturas produzidas pelos alunos, que, posteriormente, foram divulgadas para a comunidade escolar, destacando a relevância da proteção e respeito pelos direitos autorais.

Portanto, a atividade promoveu a compreensão da temática, incentivando a expressão criativa dos alunos, demonstrando a aplicação prática dos conceitos aprendidos da produção até a etapa de divulgação.

Foi ministrada uma aula abordando o ensino da PI no campo do direito autoral, explicada por meio de uma apresentação com *slide*, sendo uma aula expositiva e

dialogada, onde houve uma apresentação inicial e os alunos foram incentivados a fazerem perguntas e interajam. Veja a figura 3 abaixo.

Figura 3 - Aula de Direito autoral realizada na escola Teodoro de Assunção no turno da manhã em 24/03/2023.



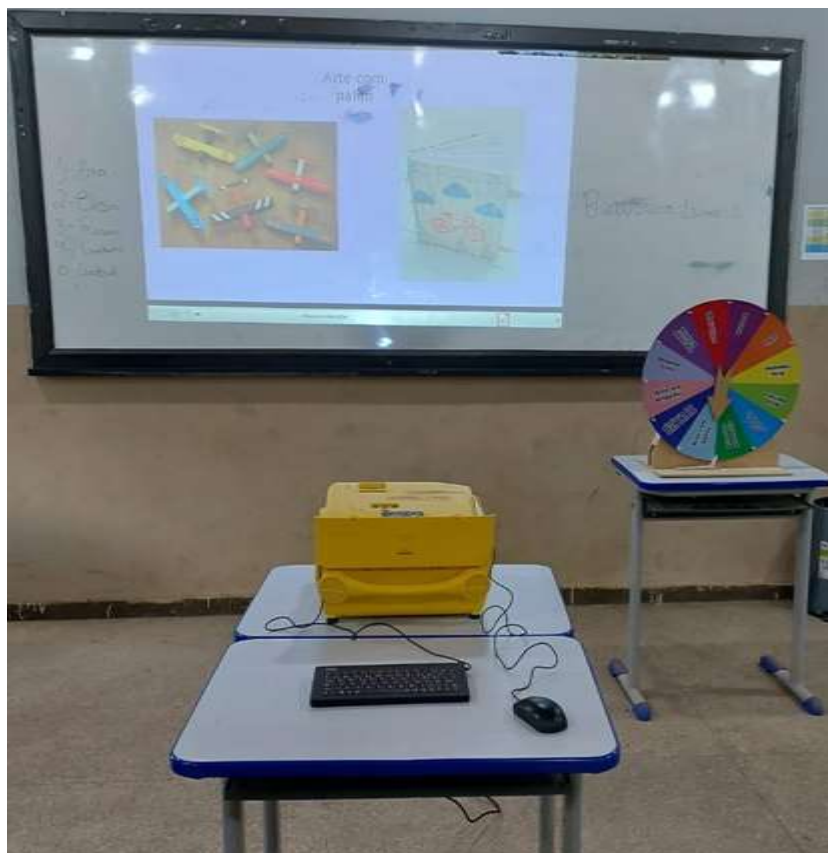
Fonte: Luma de Oliveira Silva (2023).

Conforme mostra os a figura 3, foram abordados na aula sobre direito autoral os tópicos e conceitos específicos, incluindo noções básicas de PI, conhecimentos sobre direitos autorais e tipos de produções que podem ser protegidas por direitos autorais. Os alunos fizeram diversas perguntas, havendo uma discussão significativa sobre a temática.

As roletas “do direito autoral” tinham como objetivo sortear temas artísticos de maneira lúdica para os alunos, garantindo uma abordagem que incentivasse a criatividade e autonomia de cada criança. Os educandos giravam a roleta e, à medida que surgiam as temáticas, eram desafiados a criar obras artísticas que se alinhassem a cada tema proposto. Esse método promoveu a expressão artística, incentivando o pensamento criativo e a participação ativa dos alunos.

Após a conclusão da aula, cujo propósito foi aprofundar o conhecimento sobre a temática, a turma foi organizada em cinco grupos, cada grupo participou de uma atividade prática com o auxílio da roleta número 1. A seguir, veja a figura 4.

Figura 4 - Aula de Direito autoral realizada na escola Teodoro de Assunção no turno da tarde em 24/03/2023.



Fonte: Luma de Oliveira Silva (2023).

Conforme mostra os a figura 4, a mesma atividade realizada no período da manhã foi reproduzida à tarde com a turma do 5º ano B. Iniciei a tarde com uma aula expositiva, na qual expliquei aos alunos os conceitos fundamentais de propriedade intelectual e direitos autorais, estabelecendo assim uma base conceitual antes de dar início à atividade prática.

Após a conclusão dessa introdução conceitual, dividi a turma em cinco grupos, cada representante dos grupos teve a oportunidade de girar a roleta, determinando assim a temática que sua equipe deveria explorar artisticamente.

Ao longo da aula, reservei um espaço para a participação ativa dos alunos, permitindo que contribuíssem com ideias relacionadas ao tema e esclarecessem dúvidas. Esse momento interativo enriqueceu a compreensão dos alunos sobre PI, estimulando o engajamento e a colaboração.

Após esse período de interação, a sala foi novamente dividida em grupos, desta vez para a escolha efetiva da temática por meio da roleta. Essa abordagem lúdica

despertou o interesse de todos, incentivando a participação entusiasmada dos alunos.

Nessa dinâmica, um representante de cada grupo girava a roleta e, com base no tema indicado pelo ponteiro, o grupo se dedicava à criação de obras artísticas correspondentes. Essa abordagem consolidou o aprendizado da aula, proporcionando uma experiência prática e colaborativa, permitindo que os alunos aplicassem de forma criativa os conceitos recém-adquiridos sobre PI, permitindo que eles participassem do sorteio. Veja a figura 5 abaixo.

Figura 5 - Escolha dos temas realizada na escola Teodoro de Assunção no turno da manhã em 24/03/2023.



Fonte: Luma de Oliveira Silva (2023).

Após a conclusão do sorteio de temas com os grupos conforme mostrado na figura 5 acima, procedeu-se à distribuição de materiais específicos para cada equipe, considerando a temática escolhida pela roleta.

Essa estratégia direcionada conferiu uma abordagem precisa à atividade, proporcionando a cada grupo os recursos necessários para conceber uma obra de arte que refletisse ao tema designado.

Com essa organização, cada equipe pôde contar com os instrumentos adequados, permitindo uma abordagem focada e eficaz na criação de suas expressões artísticas, contribuindo para enriquecer a experiência dos participantes, promovendo um ambiente propício à criatividade e ao desenvolvimento artístico. A mesma atividade de sorteio foi realizada com a turma da tarde. Veja a figura 6 abaixo.

Figura 6 - Escolha dos temas realizada na escola Teodoro de Assunção no turno da tarde em 24/03/2023.



Fonte: Luma de Oliveira Silva (2023).

Após os grupos terem conhecimento do tema da arte que deviam produzir de acordo com a figura 6 acima, procedeu à entrega de materiais específicos para cada equipe. Essa etapa foi essencial para a organização eficaz da atividade, pois permitiu que os alunos personalizassem suas criações de acordo com o tema designado.

A distribuição de materiais específicos, possibilitou que cada equipe expresse de maneira direcionada e personalizada sua interpretação do tema. Essa abordagem refinada promoveu a individualidade nas criações e a coesão do conjunto de obras produzidas durante uma atividade artística.

Após a entrega dos materiais, as equipes iniciaram o processo de criação de desenhos, alinhando suas produções às temáticas previamente selecionadas. Essa atividade estendeu-se por três períodos de aula, cada um com duração de 45 minutos. Durante esse tempo, os alunos dedicaram-se à expressão artística, explorando as nuances das temáticas relacionadas à Propriedade Intelectual e direitos autorais por meio de seus desenhos. Veja a figura 7 abaixo.

Figura 7 - Produção das obras artísticas realizada na escola Teodoro de Assunção no turno da manhã em 24/03/2023.



Fonte: Luma de Oliveira Silva (2023).

Conforme mostrado na figura 7 acima, os alunos estavam animados com atividade prolongado, por permiti uma imersão aprofundada nas questões abordadas, na aula da PI. Assim por meio dessa atividade houve uma compreensão rica e reflexiva sobre o tema.

Após a conclusão das obras artísticas, os alunos foram informados de que suas criações seriam coletadas para uma exposição na feira de arte. Durante esse evento, realizado em 14 de abril de 2023, denominado “Feira de Arte do Direito Autoral”, os alunos tiveram a oportunidade de apresentar suas produções intelectuais aos colegas de outras turmas e aos funcionários da escola.

O principal objetivo desta exposição foi sensibilizar os alunos e colaboradores sobre a relevância do ensino da Propriedade Intelectual (PI) no contexto dos direitos autorais. Essa sensibilização foi realizada por meio da exposição das obras criadas pelos alunos do 7º ano “A” e do 5º ano “B”.

A iniciativa foi concebida para compartilhar conhecimentos sobre o ensino da PI no âmbito dos direitos autorais, utilizando a exposição das produções dos alunos como uma forma criativa e educativa de abordar os princípios fundamentais desses direitos.

Além de promover a expressão artística, a exposição serviu como uma ferramenta educacional, transmitindo de maneira vívida e inspirando os conceitos fundamentais relacionados aos direitos autorais e à Propriedade Intelectual.

Figura 8: Feira de arte de direito autoral realizada na escola Teodoro de Assunção em 14/04/2023.



Fonte: Luma de Oliveira Silva (2023).

A feira realizada abrangeu tanto o turno da manhã quanto o da tarde na escola. Essa abordagem foi exigida porque os educadores e funcionários que frequentam cada turno compõem públicos distintos. Esta decisão revelou-se fundamental para garantir que todas as pessoas, independentemente do período em que frequentam a escola, tenham acesso ao conhecimento apresentado.

Ao expandir a exposição para ambos os turnos, foi proporcionada aos alunos e educadores, tanto no período matutino quanto vespertino, uma oportunidade de participação ativa e aprendizagem com a feira.

Essa estratégia ampliou significativamente o alcance do evento, permitindo que um público tivesse acesso a conhecimentos sobre direitos autorais e propriedade intelectual, reforçando o compromisso educativo na promoção da conscientização e na compreensão dessas questões.

Figura 9: Feira realizada na escola Teodoro de Assunção no da tarde da manhã em 14/04/2023.



Fonte: Luma de Oliveira Silva (2023).

A “Feira de Arte do Direito Autoral” teve como objetivo apresentar à comunidade escolar e aos alunos as produções artísticas criadas pelas turmas durante a primeira etapa do projeto. Esta exposição foi concebida para ilustrar como o ensino do direito autoral desempenha um papel fundamental no contexto educativo da escola.

Como parte integrante do projeto, foi desenvolvido um livro que possui as obras de arte elaboradas pelos alunos. Esta publicação serve como uma demonstração tangível de como o direito autoral permeia a educação básica, destacando a relevância de cultivar a consciência sobre a propriedade intelectual desde as fases iniciais da formação educacional. Veja a figura 10 abaixo.

Figura 10: Capa do livro.



Fonte:Elaborado pela autora com base de dados das obras artísticas (2023).

Vale ressaltar que um manual conforme mostrado na figura 10 acima abrangendo as obras artísticas dos alunos, também foi elaborado como parte integrante do projeto, um manual que fornece orientações específicas sobre como abordar e ensinar os conceitos relacionados ao PI e aos direitos autorais no contexto educacional da escola. Veja a figura 11 abaixo.

Figura 11: Capa do Manual



Fonte: Luma de Oliveira Silva (2023).

9. DISCUSSÃO

Considerando os diversos materiais e conteúdos disponíveis como o *e-book* O ensino da Inovação Tecnológica para profissionais da educação dos autores Flaviane Mugnol do Nascimento et al., (2022), Propriedade Intelectual para Inovação: percepções e perspectivas em uma escola profissionalizante de Verônica Maria Vasconcelos Freire e Joelia Marques de Carvalho (2021), percebe-se que é crescente uma convergência de esforços para integrar o ensino da Propriedade Intelectual (PI) no ambiente educacional.

Com a busca de anterioridade feita na escola e o levantamento bibliográfico revelou a escassez de conteúdos científicos e materiais didáticos específicos sobre direito autoral na educação. Essa constatação está em consonância com a literatura, pois Nascimento *et al.*, (2021), destaca a falta de abordagens sistematizadas sobre PI no contexto educacional.

A ausência de materiais didáticos pode ser considerada uma lacuna no ensino de PI, corroborando a necessidade de intervenções pedagógicas. Nesse sentido, torna-se fundamental desenvolver programas educacionais no Brasil que tenham como foco a PI direcionada às diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, visando promover o entendimento e a conscientização sobre questões relacionadas à proteção legal de criações e inovações desde a educação infantil (Brasil, 2023).

Segundo o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, conforme divulgado por meio da matéria 'Veja as Novas Iniciativas do PI nas Escolas' em 2022, a Escola Montessoriana Meimei proporcionou aos alunos uma aula abrangente sobre os distintos tipos de proteção PI, destacando seu funcionamento e áreas de aplicação. Essa iniciativa alinha-se de maneira congruente com as propostas delineadas no Plano de Ação 2023–2025 para a Estratégia Nacional da PI, com o intuito de impulsionar o crescimento de uma sociedade competitiva e equilibrada, promovendo o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, a resolução GIPI/MDIC n.º 8, de 18 de outubro de 2023 no eixo 2, afirma que é fundamental estabelecer uma compreensão abrangente e informada, destacando sua relevância nas esferas econômica, cultural, tecnológica e territorial. A campanha visa educar e conscientizar a população sobre como a proteção para o progresso e equilíbrio da sociedade.

Comparando os resultados da pesquisa com a literatura existente, podemos

destacar algumas semelhanças e concordâncias. Quando a lei n. 9.610/1998. O Artigo 7º da Lei n. 9.610/1998, conhecida como Lei de Direitos Autorais no Brasil, estabelece uma definição ampla das obras intelectuais protegidas por direitos autorais. Essa definição abrange uma variedade de criações do espírito humano, independentemente do meio ou suporte em que são expressas.

Segundo o INPI, o projeto PI nas Escolas tem como público-alvo os professores, alunos e o Infante-juvenil. Diante disso, foram desenvolvidos cinco eixos: criatividade, planeta, cidadania, negócios e tecnologia, visando premiar as escolas públicas e privadas que participam desse programa.

Em relação aos objetivos específicos do material didático sobre PI, o INPI destaca que é fundamental integrar o conceito de PI de maneira abrangente na Educação Básica, proporcionando recursos variados e adaptados aos diferentes contextos e necessidades educacionais. Destacando a relevância de avaliar a eficácia desses materiais e de envolver os alunos, gestores e professores no processo educacional relacionado à PI (Brasil, 2023).

Nesse sentido, a criação do jogo educativo surge como uma estratégia inovadora para preencher a lacuna identificada na escola Teodoro de Assunção, pois o INPI (2023) enfatiza a relevância de abordagens lúdicas no ensino da PI, assim, a criação do jogo visava atender a essa recomendação.

A observação da implementação do jogo evidenciou uma melhoria na conscientização dos alunos sobre direitos autorais. Essa constatação está em concordância com estudos, pois o decreto n.º 10.886, de 7 de dezembro de 2021, que institui a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual, destaca a necessidade de promover campanhas da PI no ambiente escolar.

A compilação das obras dos alunos em um livro e do manual é congruente com a literatura, do Projeto Político Pedagógico (PPP) do livro do INPI (2023) que enfatiza a valorização de adotada para integrar a PI na educação por meio de oficinas criativas, livros, artigos e seleção de conteúdo. Visando garantir a relevância desse ensino, essas iniciativas indicam um esforço para enriquecer o ensino da PI nas escolas, envolvendo diferentes métodos e públicos-alvo.

A criação do manual de uso das roletas demonstra uma preocupação prática em orientar sobre a PI, alinhando-se à literatura que destaca a relevância de guias instrucionais no contexto educacional. Um aspecto relevante é que o manual pode ser compartilhado com outros educadores, promovendo uma abordagem consistente

sobre a educação em PI em toda a instituição. Permitindo que os princípios do ensino da PI sejam divulgados de maneira uniforme, preparando os alunos para compreender e respeitar os direitos autorais. Como uma parte do currículo e como uma habilidade fundamental em suas jornadas educacionais, conforme o Plano de Ação 2023–2025 para a Estratégia Nacional da PI e PPP do livro do INPI (2023) mostra.

10. IMPACTOS

A transferência de tecnologia e inovação é um campo em constante crescimento e evolução, desempenhando um papel crucial em nossa sociedade moderna, pois possuir conhecimento nesse campo abre portas para oportunidades de trabalho, fomentando o empreendedorismo.

Nesse contexto, a educação em propriedade intelectual desempenha um papel fundamental, capacitando os alunos a adquirirem uma compreensão sólida dos princípios relacionados a direitos autorais, marcas registradas, patentes e outras formas de propriedade intelectual. Essa preparação é essencial para futuras carreiras em áreas como direito, inovação, empreendedorismo e tecnologia, contribuindo para o avanço contínuo da sociedade.

Ao incentivar os alunos a criar suas próprias obras intelectuais desde cedo, promove o desenvolvimento de habilidades criativas, inovadoras e empreendedoras, capacitando os discentes a valorizar e proteger suas criações, fazendo compreender a relevância do ensino de propriedade intelectual.

Além disso, fornece uma base sólida em propriedade intelectual e prepara os alunos para enfrentar os desafios do mundo moderno, onde a proteção e o respeito pela propriedade intelectual são essenciais para ampliar suas perspectivas de carreira.

Nesse sentido, a inclusão do ensino de propriedade intelectual no currículo escolar surge como uma estratégia que beneficia o desenvolvimento pessoal dos alunos, contribuindo para o avanço da sociedade, proporcionando a geração atual para ser participante ativo no mundo da inovação, tecnologia e empreendedorismo.

11. ENTREGÁVEIS DE ACORDO COM OS PRODUTOS DO TCC

1. Matriz de SWOT (FOFA) sendo um Anexo do texto dissertativo do TCC.
2. Figura Diagrama do Modelo de Negócio CANVAS como um Anexo do texto dissertativo do TCC.
3. Um artigo em avaliação publicado por revista Qualis A2 área do PROFNIT, em coautoria do discente e do orientador pelo menos, sendo um Anexo do texto dissertativo do TCC.
4. Texto Dissertativo no formato mínimo do PROFNIT Nacional.
5. Material didático dirigido a um público específico e sobre Propriedade Intelectual, e/ou Transferência de Tecnologia para inovação Tecnológica.

13. CONCLUSÃO

A proposta da pesquisa objetivou proporcionar o acesso ao conhecimento científico sobre direito autoral na escola em questão, a fim de capacitar os alunos a compreenderem que o direito autoral constitui um conjunto de leis e normas destinadas a proteger os direitos de autores e criadores de obras intelectuais, abrangendo diversos domínios, como livros, músicas, filmes e *software*.

Nesse contexto, a percepção dos alunos, professores e da comunidade local sobre a proximidade da PI com o processo educativo foi essencial para as pessoas tivessem acesso a esses conhecimentos para adquirirem as habilidades necessárias no processo de inovação e transferência de tecnologia.

A pesquisa propôs contribuir para a conscientização da relevância do respeito aos direitos autorais, destacando os conceitos no contexto educativo e na vida cotidiana dos envolvidos, promovendo o entendimento da PI. A pesquisa visou empoderar os membros da comunidade escolar, permitindo-lhes uma participação inovadora, informada e ética no cenário da produção intelectual e cultural.

14. PERSPECTIVAS FUTURAS

Este trabalho foi feito na escola, espera-se que as propostas sejam realizadas em outras escolas, para os alunos terem acesso a conhecimentos e aprendizagem da inovação e transferência de tecnologia.

É fundamental que iniciativas educativas que visem a ensinar aos alunos sobre a PI, sejam replicadas em outras escolas. O conteúdo da PI é um assunto crucial na sociedade, especialmente com o aumento da criação e distribuição de conteúdo digital, necessitando os alunos terem acesso ao conhecimento como proteger suas próprias criações e proteger os direitos de propriedade intelectual de outras pessoas.

Ao replicar essa iniciativa em outras escolas, pode-se criar uma cultura de respeito a PI na sociedade, além de ajudar os alunos a desenvolver habilidades criativas e inovadoras de forma ética e responsável, incentivando a transferência de tecnologia e inovação que são aspectos fundamentais para o desenvolvimento econômico e social.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Otávio. **Direito Autoral, conceitos essenciais**. Instituto Pensarte, 2009.

ARGOLLO, Lahiri Lourenço. Direito autoral e acesso aberto no contexto acadêmico: as publicações de pesquisas científicas financiadas com recursos públicos nas universidades estaduais da Bahia. **Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Santa Cruz**, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Propriedade Intelectual Transferência de Tecnologia para a Inovação, 2019. Disponível em: <https://profnit.org.br/selos-de-autenticidade-e-trabalhos-de-conclusao/>. Acesso em: 9 fev. 2024.

BEZERRA, Marcos Antonio Araújo et al. A importância do lúdico nas aulas de educação física no processo de ensino aprendizagem nas séries iniciais. **Revista Humanum Sciences**, v. 2 n. 1. 2020. Disponível em: <https://sapiientiae.com.br/index.php/humanumsciences/article/view/CBPC2674-6654.2020.001.0003>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL, **Lei de Direitos Autorais**: Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL, **Ministério da Economia Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Proposta Política Pedagógica**, 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/ppp.pdf> Acesso em: 23 jan. 2024.

COSTA, Alan Farias; ARAGÃO, Iracema Machado de. Movimento Jovem Empreendedor e Sua Relação com a Inovação e Propriedade Intelectual. **Revista Empreendedorismo, negócios e inovação. S. B.** v.07, n. 01, janeiro – junho, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/reni/article/view/523>. Acesso em: 12 out. 2023.

FREIRE, Verônica Maria Vasconcelos; CARVALHO, Joelia Marques de. Propriedade Intelectual para Inovação: percepções e perspectivas em uma escola profissionalizante. **Revista Cadernos de Prospecção**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 414, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/36965>. Acesso em: 16 jan. 2024.

GUIMARÃES, Jairo de Carvalho; SANTOS, Ildamara Ferreira dos. Educação empreendedora: a prática docente estimulando a mente do estudante. **Revista RPCA**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, abr. jun. 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4417/441763703009/441763703009.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

GHESTI, Grace Ferreira; AREAS, Patrícia de Oliveira, PANZOLINI, Carolina Diniz. **Coleção PROFNIT Série, conceitos e aplicações de propriedade intelectual**, Vol. I. organizadora Wagner Piler Carvalho dos Santos. Salvador

(BA): IFBA, 2018. Disponível em: <https://profnit.org.br/livros-profnit/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

NASCIMENTO, Flaviane Mugnol do *et al.* Propriedade Intelectual para Inovação: elaboração de uma cartilha sobre inovação tecnológica para profissionais da educação. **Revista Cadernos De Prospecção**, v. 15 n. 1 (2022). Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/44916>. Acesso em: 20 jun. 2023.

RODRIGUES, Darlene Silveira; SANTOS, Rosa Maria Nascimento dos; OLIVEIRA, Raimundo Corrêa de. A Temática de Propriedade Intelectual como Parte da Formação dos Alunos dos Cursos Técnicos dos Institutos Federais da Região Norte. **Revista Cadernos de Prospecção**. Salvador, v. 16, n. 1, janeiro a março, 2023, p. 51-68. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/50960>. Acesso em: 10 out. 2023.

SCHAEFER, Ricardo; MINELLO, Italo Fernando. Desafios contemporâneos da educação empreendedora: novas práticas pedagógicas e novos papéis de alunos e docentes. **Revista da micro e pequena empresa (RMPE)**. Vol. 14, Nº 3, Set-Dez 2020, Pag. 134-149. Disponível em: <http://repositorio.faculdadeam.edu.br/xmlui/handle/123456789/734>. Acesso em: 20 out. 2023.

SCHAEFER, Ricardo; MINELLO, Italo Fernando. Educação empreendedora: Premissas, objetivos e metodologias. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração (RPCA)**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, jul./set. 2016, 60-81. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4417/441747930006.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023

SILVA, Amanda luiza Soares. Centros de empreendedorismo e a relação com a propriedade intelectual. **Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Propriedade Intelectual, da Universidade Federal de Sergipe**. São Cristóvão (SE) 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/123456789/3435>. Acesso em: 14 out. 2023.

SERIQUE, Hudson Aguiar; PAXIÚBA, Carla Marina Costa. Jogo colabore: gamificação para o ensino e aprendizagem de direito autoral para estudantes da educação profissional e tecnológica (EPT). **REVISTA FOCO**, v. 16, n. 9, p. e1954, 2023. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/1954>. Acesso em: 27 fev. 2024.

VALENTE, Mariana; Tavares, Victor Pavarin; Luciano, Maria. Direito Autoral e Educação - compreendendo a aplicação da lei para práticas educacionais no Brasil, e os debates para um tratado internacional. **Revista Internetlab pesquisa e tecnologia**. Disponível em:

https://papers.ssrn.com/sol3/cf_dev/AbsByAuth.cfm?per_id=2095638. Acesso em: 20 jan. 2024.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

APÊNDICE A – Matriz FOFA (SWOT)

MATRIZ SWOT (FOFA)

	AJUDA	ATRAPALHA
INTERNA (Organização)	<p>FORÇAS:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio do IFRO; 2. Autorização da unidade escolar; 3. Apoio da equipe gestora. 	<p>FRAQUEZAS:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de conhecimento científicos de PI na escola; 2. Falta de divulgação da do ensino da PI na educação. 3. Escassez de materiais didáticos sobre o ensino de direito autoral.
EXTERNA (Ambiente)	<p>OPORTUNIDADES:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Possibilidade de divulgação e ampliação do projeto em outras escolas; 2. Contribuição com promoção de conhecimentos e aprendizagem para os alunos e educadores; 3. Estímulo inovação do ensino do conteúdo em conhecimento científico sobre PI . 	<p>AMEAÇAS:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de reconhecimento da relevância do PI; 2. A não participação das crianças no jogo educativo.

APÊNDICE B – Modelo de Negócio CANVAS

Parcerias Chave: 1. Escola Teodoro de Assunção. 2. IFRO.	Atividades Chave: 1. Jogo educativo. 2. Ensino Fundamental. 3. Direito autoral.	Propostas de Valor: 1. Contribuir com a divulgação e ampliação do ensino da PI na escola. 2. Gerar inovação na forma de ensino no conteúdo no conhecimento científico sobre PI	Relacionamento: 1. Divulgação por meio de uma feira de exposição. 2. Publicação de um livro com as inovações. 3. Divulgação de um manual do ensino da PI.	Segmentos de Clientes: 1. Alunos da escola Teodoro de Assunção. 2. Servidores da unidade. 3. Comunidade local.
	Recursos Chave: 1. Material Bibliográfico. 2. Recursos financeiros: PROPESP e DEPESP do IFRO.		Canais: 1. Redes sociais. 2. Presencial.	
Estrutura de Custos: 1. Custos variáveis: Materiais artesanais, gráficos, diagramação, revisor de texto e confecção.		Fontes de Receita: 1. Divulgação e ampliação dos conhecimentos do ensino da PI no ambiente educacional.		

APÊNDICE C – Artigo publicado

IOSR Journal of Business and Management (IOSR-JBM)

e-ISSN:2278-487X, p-ISSN: 2319-7668. Volume 25, Issue 4. Ser. VI (April. 2023), PP 47-54

www.iosrjournals.org

O Ensino Da Propriedade Intelectual No Campo Do Direito Autoral Relacionado Com A Educação Básica

Luma de Oliveira Silva¹, Alecsandra Oliveira de Souza²

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Brasil.

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Brasil.

Resumo:

Fundamento: A sociedade vem passando por mudanças nas quais são fundamentais para os humanos, assim o avanço das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC), são essenciais, pois, por meio dela se torna possível as pessoas terem o modo de pensar, agir e refletir diferente do já existente. Toda essa mudança gerada pela TIC, pode estar ocasionando o surgimento de paradigmas na sociedade.

Materiais e Métodos: Essa investigação é de revisão bibliográfica com abordagem quantitativa, tendo como característica de estudo descritivo. Segundo Gil (2017), o estudo de revisão bibliográfica tem como propósito ajudar o investigador em uma busca preliminar sobre seu tema, partindo para uma busca avançada com palavras-chave específicas.

Resultados: É possível fazer alguns questionamentos sobre o Google Acadêmico, pois ele possui mais pesquisas do que as demais plataformas. A primeira resposta possível pode estar relacionada com o fato do Google Acadêmico funcionar como base de busca que faz a pesquisa em todos os sites, livros, revistas e entre outros, assim possuindo um número maior de trabalhos se comparado com as duas demais bases de busca utilizadas.

Conclusão: Com o resultado desses dados, foi realizado posteriormente duas investigações, a primeira a respeito das metodologias utilizada pelos autores para atingir seu objetivo de investigação e análise dos materiais coletado com a fundamentação teórica de autores que relacionei o campo do direito autoral a educação.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual; Direitos autorais; Educação.

Date of Submission: 17-04-2023

Date of Acceptance: 30-04-2023

I. Introdução

A sociedade vem passando por mudanças nas quais são fundamentais para os humanos, assim o avanço das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC), são essenciais, pois, por meio dela se torna possível as pessoas terem o modo de pensar, agir e refletir diferente do já proposto. Toda essa mudança gerada pela TIC, pode estar ocasionando o surgimento de paradigmas na sociedade (GHESTI; AREAS; PANZOLINI, 2018).

Em todos os campos de trabalhos surgem ideias, métodos, planejamentos e técnicas, possíveis para aprimoração de algumas atividades desenvolvidas como: máquinas, serviços, atendimento, cursos e entre outros, toda essa mudança agrega benefício para todos na sociedade, pois, por meio dela é possível o homem otimizar uma determinada atividade, gerando assim a promoção de avanços e inovações, que não se limita a ciência, mais se estende ao setor industrial (DUARTE; PEREIRA, 2009).

As inovações tecnológicas não se limitam ao campo do marketing, mas percorrem pelos setores de processos de produtos, organizações e entre outros, objetivando métodos e técnicas que oportunizem o oferecimento de serviços para os campos industriais e empresariais (GHESTI; AREAS; PANZOLINI, 2018).

É fundamental que essas mudanças pretendidas façam ampliações sobre o modo de pensar e agir, a respeito da inovação tecnológica, oportunizando a ampliação de conhecimentos, ações, parcerias e estratégias, que divulguem os benefícios do campo da inovação. Cabe ressaltar que esses avanços têm relações com a Propriedade Intelectual (PI), a PI trata-se sobre conjuntos de procedimentos de normais que visa realizar a proteção e o reconhecimento legal de criação e inovação (AFONSO, 2009).

Segundo a coleção do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT), na série Conceitos e Aplicações de PI, volume I, cita que:

O fato de o Brasil ter sido pioneiro no estabelecimento de marco legal para PI, mas não fazer uso do sistema adequadamente, aponta para duas situações: o tratamento isolado dado à matéria, desarticulado do contexto de esforços de desenvolvimento industrial e tecnológico; e, a ausência de cultura no uso dos sistemas de proteção intelectual derivado da falta de disciplinas nos diversos cursos de graduação e de pós-graduação que tratem desse tema e correlatos.

O ensino da Propriedade Intelectual no campo do Direito Autoral relacionado com a Educação...

Nesse contexto, é possível entender que o Brasil está entre os primeiros países que possuem atividades relacionadas com PI, isto significa, que o mesmo já possui familiaridade sobre o desenvolvimento das indústrias e os avanços tecnológicos fundamentais para a sociedade. Entretanto, a ausência de propagação de conhecimentos e aprendizagem sobre a PI, continua sendo presente entre as pessoas, que frequentemente desenvolvem atividades no seu cotidiano que envolvem a PI, porém não possui o conhecimento científico (GHESTI; AREAS; PANZOLINI, 2018).

Nesse sentido, chega-se ao problema central desta investigação: de que modo o direito autoral pode estar relacionado com a educação básica?

Seguindo por esse percurso, foi selecionado como objetivo geral do estudo, analisar como o ensino da PI no campo de direitos autorais está relacionado com a educação básica. Sobre os objetivos específicos são de: investigar quais são as pesquisas encontradas sobre a temática, discutir quais são as relações que o direito autoral possui com a educação e analisar os materiais encontrados.

Diante disso, surgem a necessidade de criação de meios que visem colaborar com ampliação e propagação da PI, nos meios educacionais, que vai desde educação básica até os cursos de pós-graduação no âmbito do *lato sensu* e *stricto sensu*. Oportunizando para as pessoas, o acesso aos conhecimentos, aprendizagens, cultura, cuja intencionalidade é o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas com a PI (GHESTI; AREAS; PANZOLINI, 2018).

A PI, se divide entre três campos iniciais como: Propriedade Industrial, Proteção *Sui Generis* e Direitos Autorais. Assim, esse artigo tem como propósito aprofundar sobre os direitos autorais no contexto educacional (DUARTE; PEREIRA, 2009).

Dentro dos direitos autorais, abre-se mais três ramificações que são: direito do autor, direitos conexos e programa de computadores. O direito autoral possui o respaldo legal que é a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Fazendo um estado da arte sobre essas temáticas, se nota que já existem diversas investigações sobre a temática de direito autoral. Nesse sentido, é fundamental mostrar o estado da arte a respeito da temática. Com ampliação da internet e os recursos digitais, é inegável que os conteúdos e as informações ganharam mais visibilidades nas redes sociais, assim, as notícias ganharam maiores proporções por meio das curtidas, compartimentos e comentários.

A Propriedade Intelectual surge em alguns espaços educativos, devido ao projeto criado do Governo Federal chamado de "PI nas Escolas" esse projeto é desenvolvido com o apoio do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que tem como intuito oportunizar a ampliação da PI nos estabelecimentos de ensino público e privado.

O projeto PI nas escolas se empenha em realizar a propagação dos conhecimentos científicos de Propriedade Intelectual por meios dos recursos educativos e pedagógicos, incentivando a criatividade, cidadania, tecnologia, planeta e Negócios, assim, toda produção feita por professores e alunos podem participar do projeto. É importante frisar que existe incentivo as essas produções, onde as pessoas que participam podem concorrer as premiações, cujo intuito é valorizar a criação, experiências, responsabilidades e inovações.

O projeto pode se desenvolvido e aplicado em diversas disciplinas em conjuntos com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), considerando e respeitando as competências e habilidades dos alunos, isto significa que o ensino da PI nos espaços educativos é interdisciplinar, pois, dialoga com as matérias ensinadas nas escolas, ademais visa fomentar a criação e inovação. Nesse sentido, a PI pode se trabalhada desde educação infantil até o ensino médio devido ela possuir ações que percorrem os espaços pedagógicos na educação básica.

A PI no espaço educativo, pode ser trabalhada por meio de versos, mangás, material audiovisual, jogos educativos, músicas, materiais didáticos entre outros. Todas essas possibilidades citadas acima estão relacionadas com o direito autoral. No direito autoral pode se proteger toda obra intelectual vinda pela criação humana, assim no Brasil existe a lei n. 9.610/1998, que aborda sobre os direitos autorais e suas demais providências. Fazendo um recorte para o contexto educativo, sabe-se que o acesso à educação e permanência no ensino tem ser ampliado gradativamente, principalmente com a colaboração dos recursos digitais.

Nesse sentido, é comum alguns professores utilizarem artefatos midiáticos durante a ação educativa em busca de desenhos, músicas, filmes e produção de artes. Devido ao acesso facilitado dos recursos de inovações e tecnologias, é inegável que a população ampliou os conhecimento e criatividade.

No decorrer das aulas os professores fazem usos de recursos digitais, livros, jogos educativos, músicas, sons, desenho e pintura de desenhos, criações de artes, texto e entre outros. Fazendo uma análise e reflexão, notam-se que esses conteúdos estão diretamente interligados com o o direito autoral, pois, os alunos realizam a criação de obras intelectuais durante os processos de ensino e aprendizagem.

Sendo essencial que essas temáticas do ensino de direito autoral sejam trabalhadas na educação básica, pois, é durante esse período que os alunos produzem diversas criações que podem ganhar reconhecimento nos espaços educativos e na sociedade.

O ensino da Propriedade Intelectual no campo do Direito Autoral relacionado com a Educação....

Diante disso, é essencial que os alunos tenham apropriação do conhecimento científicos de direito autoral, pois, percebem-se que eles já realizam atividades que envolvem direitos autorais, ou sejam, dentro dos espaços escolares existem práticas informais sobre essa temática, faltando o conhecimento científico. Todos os materiais produzidos em sala são passíveis de proteção, ademais, da proteção, a produção das obras intelectuais oportunizam reconhecimento de créditos ao autor da obra, incentivando a produção e criação das produções em espaços educativos.

Nesse sentido, é fundamental que se tenha a propagação do ensino de direitos autorais no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, pois, são temáticas que possuem poucos espaços nas escolas e algumas vezes esse fato ocorre devido ausência de conhecimento a respeito desse tema.

II. Material e Métodos

Essa investigação é de revisão bibliográfica com abordagem quantitativa, tendo como característica de estudo descritivo. Segundo Gil (2017), o estudo de revisão bibliográfica tem como propósito ajudar o investigador em uma busca preliminar sobre seu tema, partindo para uma busca avançada com palavras-chave específicas.

A pesquisa foi realizada em três plataformas digitais, sendo a primeira Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e o site do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT). Assim, essa pesquisa foi realizada nas plataformas entre os dias 05/12/2022 a 19/12/2022, como base de critérios de inclusão e exclusão de estudo foi utilizado as seguintes palavras-chave: ensino, direito autoral e educação.

A respeito sobre os anos dessas investigações optou-se por selecionar estudos entre os anos de 2018 a 2022. Cabe salientar, que a intenção era de trabalhar no máximo com nove pesquisas que se encaixassem na temática de cada plataforma. A respeito da análise de dados optou-se por usar os métodos de leitura e fichamento dos principais pontos encontrados nas investigações. Nesse sentido (Gil, 2017, p. 51), cita que [...] “o fichamento serve a diferentes finalidades, podem ser identificadas diversas modalidades de fichas, tais como: fichas bibliográficas, fichas de resumo, fichas de resenha, fichas de sumário, fichas de citação etc.”

Como parte dos resultados e discussão, se decidiu organizar por meio de três categorias: a primeira foi separação de quantidades de investigações encontradas em cada plataforma, mostrando nomes dos autores, título do estudo e plataforma onde foi encontrada inicialmente.

A segunda separação ocorreu por meio da separação de metodologias de cada pesquisa, sendo a proposta inicial dessa etapa de analisar quais foram os métodos e que cada investigador utilizou para atingir sua proposta de pesquisa. Finalmente, a terceira etapa se refere em realizar análise e interpretações dos materiais coletados, assim discutindo e refletindo sobre o direito autoral atrelado com o campo educacional.

Com a coleta de dados realizada preferiu-se mostrar os resultados por tabelas e quadros. Segundo com Marconi e Lakatos (2003), diz que utilização desses recursos por representações são fundamentais, pois, assim se nota o processo de leitura feito por leitores, pesquisadores e entre outros de fácil compreensão. A fundamentação teórica, foi usada como fontes a Coleção PROFNIT, da Série Conceitos e Aplicações de (PI), volume 01, o manual de direitos autorais do Tribunal de Contas da União, o livro Direito Autoral: perguntas e respostas organizadas por: Eliane Cordeiro de Vasconcellos Garcia Duarte e Edmeire Cristina Pereira e entre outros estudos científicos.

III. Resultado

Com essa investigação observou-se que já existem produções científicas relacionadas ao direito autoral no contexto educacional, nas três plataformas digitais Google Acadêmico, BDTD e no PROFNIT. A busca realizada no Google Acadêmico de forma preliminar mostrou o resultado de aproximadamente 13.100 de investigações em cima das palavras-chave selecionadas.

Devido aos aglomerados de materiais, efetivou-se no primeiro momento a leitura dos títulos dos estudos, no segundo momento dos resumo e quando se fazia necessário da introdução e a metodologia quando se fosse necessário, o resultado dessa investigação, resultou em oito artigos científicos.

É importante ressaltar, que análise realizada tinha como intenção a seleção de investigações que estivesse dentro os requisitos estabelecido para esse artigo. Assim, tinha como intenção selecionar as dez primeiras pesquisas em cada plataforma que correspondesse com as propostas dessa pesquisa.

Sobre o resultado preliminar obtido na BDTD, inicialmente foram de vinte investigações. Assim, como no Google Acadêmico, os mesmo critérios de seleção foram adotados nessa plataforma, ficando somente duas pesquisas que se encaixavam nos critérios estabelecidos.

O resultado obtido parcialmente no site do PROFNIT, mostrou o resultado de oito investigações relacionadas ao direito autoral, foram adotados os mesmos critérios de inclusão e exclusão em todas as três plataformas, o resultado encontrado foi de três estudos. Nesse sentido, para melhor compreensão a respeito dos materiais encontrados abaixo segue o quadro:

*O ensino da Propriedade Intelectual no campo do Direito Autoral relacionado com a Educação....***Quadro 1- Panorama dos materiais.**

Autores	Título	Plataforma
Mariana Valente, Victor Pavarin e Maria Luciano.	Direito Autoral e Educação compreendendo a aplicação da lei para práticas educacionais no Brasil, e os debates para um tratado internacional Julho de 2019*	Google Acadêmico.
Juliane Turek, Flávia Beppu e Cristiano Maciel.	De quem é a propriedade dessa videoaula? Reflexões sobre direitos autorais e de imagem em tempos de COVID-19.	Google Acadêmico.
Hebert Freitas dos Santos e Iseli Lourenço Nantes-Cardoso.	Tecnologia e cultura no ensino de química: um enfoque multidisciplinar sobre o uso de vídeos em sala de aula.	Google Acadêmico.
Francis Campos Bordas.	Retomada das atividades docentes de forma remota e emergencial na Pandemia: direito de imagem, direitos autorais, deveres e obrigações.	Google Acadêmico.
Luana Przybylovicz e Mércia Freire Rocha Cordeiro Machado.	Direitos autorais e propriedade intelectual: o conhecimento e o (des)conhecimento dos professores.	Google Acadêmico.
Isabel Cristina dos Santos Sales e Helano Diogenes Pinheiro.	Uma análise do direito autoral na produção de material didático: uma revisão sistemática.	Google Acadêmico.
Marina Veloso Mourão e Frederico de Andrade Gabrich.	Análise dos direitos autorais no ensino à distância.	Google Acadêmico.
Lúcia de Fátima de Souza Resplandes e Luiz Antonio Mendonça Alves da Costa.	Direitos Autorais: uma análise do uso de obras cinematográficas para fins Educacionais.	Google Acadêmico.
Dirceu Manoel de Almeida Júnior.	Análise das contribuições do mestrado profissional em Educação, em termos de aprendizagem autoral discente, aos professores.	BDTD.
Manuela Eugênio Maia.	Práticas autorais do cordel no contexto da propriedade intelectual.	BDTD.
Carolina Raquel Leite Dimiz Panzolini.	Direitos autorais: aspectos essenciais e tendências.	PROFNIT.
Lahiri Lourenço Argollo.	Direito autoral e acesso aberto no contexto acadêmico: as publicações de pesquisas científicas financiadas com recursos públicos	PROFNIT.
Jéssica Pinto Lima.	Proposta Legislativa na Lei de Direitos Autorais – LDA: Limitações e exceções	PROFNIT.

O ensino da Propriedade Intelectual no campo do Direito Autoral relacionado com a Educação...

	com o advento das novas tecnologias	
--	-------------------------------------	--

Fonte: Elaborado pelas autoras do artigo.

Com esses dados mostrados acima, pode-se notar duas questões, sendo a primeira, a existência de investigações relacionadas com direito autoral no contexto educacional, a segunda é que a plataforma onde mais se encontrou investigações sobre esse tema, foi no Google Acadêmico, seguindo pela BDTD e no por fim o PROFNIT.

Partindo para outro campo dos resultados encontrados, foi observado a respeito das metodologias das pesquisas que os autores utilizaram para atingir seus objetivos propostos. Observou-se que grande parte das pesquisas são de revisão bibliográfica, seguindo por estudos documentais, método dedutivo e por fim exploratório. Assim, para melhor compreensão a respeito dos dados citados acima, observa-se o quadro dois abaixo.

Quadro 2- dados dos estudos separados por métodos

Revisão de bibliográfica	Documental	Método dedutivo	Exploratório.
Direitos Autorais: uma análise do uso de obras cinematográficas para fins educacionais.	Práticas autorais do cordel no contexto da propriedade intelectual.	Análise dos direitos autorais no ensino à distância.	Direitos autorais e propriedade intelectual: o conhecimento e o (des)conhecimento dos professores.
Uma análise do direito autoral na produção de material didático: uma revisão sistemática.	Direito autoral e acesso aberto no contexto acadêmico: as publicações de pesquisas científicas financiadas com recursos públicos.	Proposta legislativa na lei de direitos autorais – LDA: limitações e exceções com o advento das novas tecnologias.	Direitos autorais: aspectos essenciais e tendências.
Tecnologia e cultura no ensino de química: um enfoque multidisciplinar sobre o uso de vídeos em sala de aula.			
De quem é a propriedade dessa videoaula? Reflexões sobre direitos autorais e de imagem em tempos de COVID-19.			
Direito Autoral e Educação compreendendo a aplicação da lei para Práticas educacionais no Brasil, e os debates para um tratado internacional Julho de 2019*			
Análise das contribuições do mestrado profissional em Educação, em termos de aprendizagem autorial discente, aos professores.			

Fonte: Elaborado pelas autoras do artigo.

Com base nos resultados mostrados no quadro acima, tornam-se possível analisar que existem seis investigações com método de revisão bibliográfica e as demais metodologias ficaram com o quantitativo de duas pesquisas por cada método escolhido pelos investigadores.

Para melhor compreensão sobre cada método, tornam-se necessário fazer uma análise sobre que se trata cada uma dessas metodologias encontradas nesses estudos. Segundo Marconi e Lakatos (2003), diz que o processo de escolha sobre as metodologias que o investigador vai utilizar é essencial, pois, por meio dela é possível ter uma análise parcial sobre os resultados obtidos.

IV. Discussão

É possível fazer alguns questionamentos sobre o Google Acadêmico, pois ele possui mais pesquisas do que as demais plataformas. A primeira resposta possível pode estar relacionada com o fato do Google Acadêmico funcionar como base de busca que faz a pesquisa em todos os sites, livros, revistas e entre outros, assim possuindo um número maior de trabalhos se comparado com as duas demais bases de busca utilizadas.

A BDTD e PROFNIT, são plataformas digitais específicas que fazem a publicações de dissertações e teses, tendo poucas investigações sobre essas temáticas, isso pode ocorrer por duas situações que são: o primeiro motivo pode estar associado devido o fato dessas plataformas trabalhar com dissertações e teses, isto significa, que esses estudos são mais aprofundadas em vista de uma investigação feita para na faculdade a fim de obter um diploma de nível superior.

No processo de conclusão do mestrado dura em média dois anos, enquanto de doutorado quatro anos, ou seja, quando é inserido nessas bases de buscas, a seleção de anos específicos, como nessa pesquisa que era de 2019 a 2022, é possível deixar de fora algumas produções que não estejam nesses anos selecionados.

Outra situação, pode estar relacionada com o tema escolhido para pesquisa, devido a ausência de conhecimentos sobre a PI entre as pessoas, tornam-se comum que elas desenvolvam suas atividades do cotidiano sem apropriação do conhecimento científico. Assim, não gerando a ampliação, divulgação dos conteúdos e aprendizagens da PI no campo de direito autoral em seu ambiente na qual está inserido.

Para melhor compreensão sobre cada método, é necessário fazer uma análise sobre do que se trata cada uma dessas metodologias encontradas nesses estudos. Segundo Marconi e Lakatos (2003), fala que o processo de escolha sobre as metodologias que o investigador vai utilizar é essencial, pois, por meio dela, é possível ter uma análise parcial sobre os resultados obtidos, objetivando reflexão se eles são métodos adequados aos objetivos do estudo.

O método de revisão bibliográfica são investigações realizada em materiais já publicados em meios eletrônicos ou impresso tais como: revistas, anais de eventos científicos, dissertações, teses, livros, jornais, sites oficiais e entre outros (PEREIRA, 2018).

Nesse sentido, Gil (2017, p. 33), cita que:

[...] pesquisa bibliográfica é o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem tem, no entanto, uma contrapartida que pode comprometer em muito a qualidade da pesquisa. Pode ocorrer que os dados disponibilizados em fontes escritas tenham sido coletados ou processados de forma inadequada. Assim, um trabalho fundamentado nessas fontes tenderá a reproduzir ou mesmo a ampliar esses erros. Para reduzir essa possibilidade, convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-as cuidadosamente.

Conforme o autor acima, mostra que a pesquisa bibliográfica tem suas especificidade, pois, possibilita o acesso a diversas investigações a respeito de um determinado tema, assim cabe ao investigador buscar nessas pesquisas a resposta para o seu problema de pesquisa.

A respeito do método documental refere-se a uma investigação restrita com fontes que sejam documentos, podendo ser primários, que são obras compilada pelo autor e secundários, que se trata de materiais transcritos por outros autores que vem da fonte primária, isso na categoria escrito. Quando se trata do não escrito, igualmente podem ser primários, pois, são feitas pelo autor ou secundários que se trata de estudos realizados por autores diferentes (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Sobre o método dedutivo é aquele que tem como característica o raciocínio lógico, assim como meios e técnicas busca utilizar uma visão ou ideia generalista, para onde chegar em uma conclusão possível. Nesse sentido, Marconi e Lakatos (2003), cita que “[...] o dedutivo tem o propósito de explicar o conteúdo das premissas [...]”.

Ou seja, o autor diz que esse método busca fazer uma argumentação de um determinado fenômeno que seja integrante de uma parte maior, partindo para uma parte menor interligada com esse universo de raciocínio, nesse sentido o método dedutivo estar trabalhando com conclusões.

Nesse caminho de metodologias chega-se na última metodologia abordada, o exploratório, esse método é aquele que o investigador precisa criar uma familiarização com objeto de estudo. Dessa forma, Gil (2017, p. 3), cita que:

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado.

Entende-se que o método faz a proximidade entre o pesquisador e objeto investigado, para que seja possível obter uma resposta correta sobre o fenômeno pesquisado (GIL, 2017). Finalizando essa parte do percurso dos caminhos metodológicos, entram-se na última categoria dessa investigação, que é sobre o resultado e discussão sendo a análise das pesquisas encontradas sobre a temática direito autoral no contexto da educação.

O ensino da Propriedade Intelectual no campo do Direito Autoral relacionado com a Educação....

Com base nos dados mostrados foi possível observar que já existem pesquisa que relaciona o direito autoral com o processo educacional.

Como já mencionado o direito autoral está presente na educação básica em vários aspectos como: produção de texto, criação de paródia, desenvolvimento de projetos, concursos de desenhos, peças de teatros e entre outras ações que a escola desenvolve durante o período letivo. Cabe salientar que em diversas dessas ações pedagógicas os docentes e os alunos não tem o conhecimento que sua produção é uma criação intelectual, sendo assim passível de proteção no mercado econômico (GHESTI; AREAS; PANZOLINI, 2018).

Atualmente, com os avanços das tecnológicos e inovações na sociedade, é indispensável que as pessoas tenham o acesso ao conhecimento da PI no campo do direito autoral no período da educação básica, pois, foi observado nos materiais que esse campo já está sendo desenvolvido no ambiente escolar, entretanto de maneira informal, devido os conteúdos da PI, não se estar presente no Projeto Politico-Pedagógico (PPP).

É durante a educação básica que o aluno tem um contato maior com situações que vise possibilitar o acesso aos conhecimentos tecnológicos de cidadania, negócios, sustentabilidade, oportunizando criatividade e invenção do educando. Assim é nesse período que o aluno tem maiores possibilidades de está criando obras como: audiovisuais, literárias, artísticas, músicas, projetos de arquitetura ou plantas e Programas de computadores, sendo fundamental que a PI, esteja dentro das escolas, de forma que as pessoas tenham conhecimento científico sobre ela (GHESTI; AREAS; PANZOLINI, 2018).

Assim, toda essa criação feita pelo aluno precisa se protegida, entrando no campo de direitos autoras. Nesse sentido, Ghesti, Areas e Panzolini (2018, p. 22) cita que:

Direito do Autor está fundamentada em vários aspectos. Além do aspecto do justo reconhecimento da paternidade desse direito ao criador da obra e, por conseguinte, de todos os direitos à utilização, reprodução e circulação do objeto do seu trabalho intelectual; o direito do autor pode ser um importante elemento para o fomento da cultura, na medida em que pode estimular a produção cultural, independentemente do aspecto econômico envolvido, dependendo do equilíbrio possibilitado entre as garantias legais legitimadas aos autores e titulares e a importância do acesso público à informação [...].

O direito autoral oferece o reconhecimento e a proteção de toda obra intelectual, assim o criador da inovação tem seus direitos legais protegidos com respaldos legislativos. Outra questão essencial é a atuação do direito autoral como um elemento positivo para a cultura na sociedade, pois, ele atua na parte proteção desenvolvida pelo criador, valorizando o processo de criação e inovação.

Diante disso, o direito autoral tem suas dimensões que se desdobram dentro da moral, devido se tratar sobre o reconhecimento da especificidade da obra do autor e do patrimonio, pois, gera recursos econômicos, sendo uma vantagem de lucro para o criador. A proteção das produções intelectuais são fundamentais, pois, por meio dela é possível o autor ter a exclusividade sobre sua criação, fazendo a valorização da criação humana em todos os aspectos na sociedade. Nesse sentido, a produção e comercialização da obra só pode ser feita mediante autorização do autor.

Com essa pesquisa foi possível notar que o direito autoral é uma ferramenta essencial para o campo educacional, devido às atividades desse ambiente envolver o incentivo a produção e criação.

A exemplo disso, se observa a a disciplina de arte que está presente na BNCC, o direito autoral pode está dialogando com a disciplina de arte, pois, a BNCC cita que entre suas dimensões ela desenvolve atividades que envolve a criação artística entre os alunos, onde eles consigam criar, construir e reproduzir obras de artes, na qual esteja interligada com aspecto cultural no processo educativo da respectiva matéria.

Nesse sentido, a respeito da competência do ensino da arte, a BNCC (2017, p. 200), cita que “Mobilizar recursos tecnológicos como formas de registro, pesquisa e criação artística”. De acordo com essa citação se observa que na disciplina de arte os alunos desenvolvem muitas atividades que envolve o incentivo a produção de obras intelectuais como já mostrado ao longo desse artigo, os alunos desenvolvem atividades no ambiente escolar que possuem pontos em comuns com o direito autoral. Nesse sentido, o ensino do direito autoral está presente na escola, de maneira informal, pois, os alunos não possuem o conhecimento científico desse assunto.

V. Conclusão

Esse artigo tinha como proposta de investigar quais são as relações que o ensino do direito autoral tem com a educação, antes de iniciar essas pesquisas já existiam hipóteses formulada a respeito desse tema como: ausências do ensino da PI no campo de direito autoral nas escolas, falta de disciplinas presente na grade curricular que desenvolva atividades relacionada com a produção intelectual e falta de conhecimento científico do direito autoral na educação básica.

Nesse sentido, foi formulado um problema de pesquisa que buscasse investigar abranger essa problemática, podendo-se afirmar que o problema central desse estudo foi atingido, pois, ao longo dessa pesquisa foi realizado investigações nas plataformas Google Acadêmico, BDTD e PROFNIT, em busca de materiais que trabalhasse com essa temática.

O ensino da Propriedade Intelectual no campo do Direito Autoral relacionado com a Educação....

Com o resultado desses dados, foi realizado posteriormente duas investigações, a primeira a respeito das metodologias utilizada pelos autores para atingir seu objetivo de investigação e análise dos materiais coletado com a fundamentação teórica de autores que relacionei o campo do direito autoral a educação.

Essa pesquisa é fundamental, pois, através dela foi possível ter uma análise sobre as investigações existentes sobre essa temática e mostrando que o campo do direito autoral é desenvolvido no ambiente educacional, tornando fundamental que esse conteúdo seja desenvolvido nas escolas.

Espera-se com essa pesquisa deixar contribuições para a ciência, sociedade, comunidade e investigadores, sobre a relevância do ensino do direito autoral nas escolas, para que seja possível ter o processo de pensar e refletir como a PI no campo do direito autoral pode está presente no ambiente escolar, para que esse conhecimento não esteja apenas como projetos em algumas unidades escolares, mas que possa constar na grade curricular dos alunos.

Referências

- [1]. AFONSO, Otávio. Direito Autoral, conceitos essenciais. Instituto Pensarte, 2009.
- [2]. ALMEIDA JÚNIOR, Dirceu Manoel de. Análise das contribuições do mestrado profissional em Educação, em termos de aprendizagem autoral discente, aos professores. 2020. 167 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania), Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_dabd73b9688f5b2f73b22f46aba1e9a. Acesso em: 9 dez. 2022.
- [3]. ARGOLLO, Lahiri Lourenço. Direito autoral e acesso aberto no contexto acadêmico: as publicações de pesquisas científicas financiadas com recursos públicos nas universidades estaduais da Bahia. Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Santa Cruz, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Propriedade Intelectual Transferência de Tecnologia para a Inovação, 2019. Disponível em: <https://profnit.org.br/selos-de-autenticidade-e-trabalhos-de-conclusao/>. Acesso em: 9 dez. 2022.
- [4]. BRASIL. Lei de Direitos Autorais: Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm. Acesso em: 20 dez. 2022.
- [5]. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 2 jan. 2023.
- [6]. DUARTE, Eliane Cordeiro de Vasconcellos Garcia; PEREIRA, Edmeire Cristina. Direito Autoral: perguntas e respostas. Curitiba:UFPR, 2009.
- [7]. GABRICH, Frederico Andrade; MOURÃO, Marina Veloso. Análise dos direitos autorais no ensino à distância. Revista de direito, inovação, propriedade intelectual e concorrência. v. 5, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadipic/article/view/5771>. Acesso em: 9 dez. 2022.
- [8]. GHESTI, Grace Ferreira; AREAS, Patrícia de Oliveira, PANZOLINI, Carolina Dimiz. Coleção PROFNIT Série, conceitos e aplicações de propriedade intelectual, Vol. I. organizadora Wagner Piler Carvalho dos Santos. – Salvador (BA) : IFBA, 2018. Disponível em: <https://profnit.org.br/livros-profnit/>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- [9]. GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- [10]. LIMA, Jéssica Pinto. Proposta Legislativa na Lei de Direitos Autorais – LDA: Limitações e exceções com o advento das novas tecnologias. Defesa para obtenção do título de Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT), ponto focal Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: <https://profnit.org.br/selos-de-autenticidade-e-trabalhos-de-conclusao/>. Acesso em: 9 dez. 2022.
- [11]. MAIA, Manuela Eugênio. Práticas autorais do cordel no contexto da propriedade intelectual. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba, 2018. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB-2_18ee12accb866bf34c2aac3b5abc6f6. Acesso em: 9 dez. 2022.
- [12]. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- [13]. PANZOLINI, Carolina Raquel Leite Dimiz. Direitos autorais: aspectos essenciais e tendências. Defesa para obtenção do título de Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT), ponto focal Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <https://profnit.org.br/selos-de-autenticidade-e-trabalhos-de-conclusao/>. Acesso em: 9 dez. 2022.
- [14]. PEREIRA, Adriana Soares. Metodologia da pesquisa científica. Ed. 1. e-book. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. Disponível em: <https://ccsa.ufsm.br/portal/?p=12166>. Acesso em: 1 jan. 2023.
- [15]. PRZYBYLOVICZ, Luana; Machado, Mércia Freire Rocha Cordeiro. Direitos autorais e propriedade intelectual: o conhecimento e o (des)conhecimento dos professores. Revista Tecnologia e Sociedade, Curitiba, v. v. 18, n. 50 (2022). Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/issue/view/663>. Acesso em: 9 dez. 2022.
- [16]. RESPLANDES, Lúcia de Fátima de Souza; COSTA, Luiz Antonio Mendonça Alves da. Direitos Autorais: uma análise do uso de obras cinematográficas para fins educacionais. Revista Cadernos De Prospecção, v. 15, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/47764>. Acesso em: 9 dez. 2022.
- [17]. SALES, Isabel Cristina dos Santos; PINHEIRO, Helano Diogenes. Uma análise do direito autoral na produção de material didático: uma revisão sistemática. Revista Tecnologia e Sociedade, Curitiba, v. v. 18, n. 50 (2022). Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/14228>. Acesso em: 9 dez. 2022.
- [18]. SANTOS, Hebert Freitas dos; CARDOSO, Iseli Lourenço Nantes. Tecnologia e cultura no ensino de química: um enfoque multidisciplinar sobre o uso de vídeos em sala de aula. Revista Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.2, p.12454-12474 fev. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/24196>. Acesso em: 9 dez. 2022.
- [19]. TUREK, Juliane; BEPPU, Flávia; MACIEL, Cristiano. De quem é a propriedade dessa videoaula? Reflexões sobre direitos autorais e de imagem em tempos de COVID-19. Revista Revelli, Vol. 13. 2021. Dossiê qualidade e inovação da educação: concepções, possibilidades e desafio. Disponível em: [file:///C:/Users/lumin/Downloads/11858-Texto%20do%20artigo-47146-1-10-20211223%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/lumin/Downloads/11858-Texto%20do%20artigo-47146-1-10-20211223%20(2).pdf). Acesso em: 8 dez. 2022.
- [20]. VALENTE, Mariana; PAVARIN, Victor; LUCIANO, Maria. Direito Autoral e Educação, compreendendo a aplicação da lei para práticas educacionais no Brasil, e os debates para um tratado internacional julho de 2019*. Revista, Internetlab Pesquisa em direito e tecnologia, non de 2019. Disponível em: http://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2019/11/2019.07_ArtigoDireitoAutoralEducacao.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

APÊNDICE D - Produto técnico-tecnológico

Material didático (jogo educativo) sobre Propriedade Intelectual (direito autoral) para alunos de ensino fundamental da E.E.E.F.M Teodoro de Assunção. Produtos gerados:

1. Roletas Giratórias



2. Livro com as produções artísticas dos alunos.

Artes da Primeira Feira de Direito Autoral da Escola Teodoro de Assunção.



Organizadora: Luma de Oliveira Silva
Colaboradora: Alecsandra Oliveira de Souza.



Art. 7º São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

VIII - as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;

IX - as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;

XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova.

Lei n.º 9.610, de 1998.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Artes da primeira Feira de Direito Autoral da
Escola Teodoro de Assunção / organizadora Luma
de Oliveira Silva ; colaboradora Alecsandra
Oliveira de Souza. -- Candeias do Jamari, RO :
Ed. da Autora, 2023.

ISBN 978-65-00-73112-5

1. Arte - Exposições 2. Direitos autorais
3. EEEF Teodoro de Assunção (RO) 4. Propriedade
intelectual - Brasil I. Silva, Luma de Oliveira.
II. Souza, Alecsandra Oliveira de.

23-162049

CDD-700.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Artes : Brasil : Exposições 700.981

Tóbata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Organizado e editado por: *Luma de Oliveira Silva*

- Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação pelo (PROFNIT) pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO).

Colaboradora: *Alecsandra Oliveira de Souza.*

- Doutora em Química pela Universidade de São Paulo/FFCLRP. Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Instituto, Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondônia - IFRO - Campus Porto Velho Calama.




Agradecimentos



- Agradeço a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (PROPESP), Departamentos de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPESP) dos Campi do Institucional de Pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por disponibilizar o recurso.
- A Dr^a. Alecsandra Oliveira de Souza que me orientou desde o início até o término.
- A Escola Teodoro de Assunção, por se colocar à disposição como locus de pesquisa.
- A Rayssa Oliveira Silva e Raniele Oliveira da Silva, por ser voluntárias a montar a feira, e agradeço a todos de forma direta ou indireta que contribuiu com o projeto.





Sumário

1- Arte com palito.....	10
2- Arte abstrata.....	14
3- Pintura de paisagem.....	19
4- Arte de Desenho "livre".....	23
5- Arte com as mãos.....	34
6- Arte em revelô.....	39
7- Arte com massa de modelar.....	42
8- Arte com formas geométricas.....	47



Prefácio

Este livro é fruto de um projeto que visa levar o ensino da Propriedade Intelectual no campo do Direito Autoral para os alunos da 5^a e 7^a ano da Escola Teodoro de Assunção em Candeias do Jamari/RO. Portanto, é composto por obras de artes desenvolvidas com a utilização do material didático “Roleta do direito autoral”. A exposição das obras foram autorizadas pelos responsáveis dos alunos.

As roletas "do direito autoral" tinham como proposta sortear os temas de artes de forma lúdica aos alunos, que tiveram no primeiro momento uma aula sobre PI no campo do direito autoral.

Os educandos giravam a roleta e conforme as temáticas surgiam, eles deviam realizar obras artísticas que se encaixasse em cada tema.



Arte com palito.

Neste capítulo serão apresentados artes desenvolvidas com a utilização de palitos de picolés. Essas figuras demonstram a criatividade dos alunos em desenvolver uma atividade utilizando um objeto específico.



Obra de Arte 1 - Rumo ao mar.



Autor: Marcos Vinícius Nascimento Alves.
7ª "A"





Obra de Arte 2- Viagem ao céu.



Autor: Angelo Gabriel da Silva Cabral.
7ª "A"



12



Obra de Arte 3- Navegando pelo Mar.



Autor: Isaques da Silva Correa.
7ª "A"



13



Arte abstratas.

Nesse capítulo alunos foram instigados a desenvolver artes abstratas. Além do conhecimento sobre os conceitos de abstrato há o incentivo ao imaginário do artista.





Obra de Arte 4- Aflorando as
emoções.



Autora: Isabelly Lorrainy Coelho de Mendonça.
7ª "A"





Obra de Arte 5- O caos.



Autora: Maisa vinheiro Reis.
7ª "A"

16





Obra de Arte 6- Pássaro livre.



Autor: Kevin de Paula Moreira.
7ª "A"



17



Obra de Arte 7- Cores quentes.



Autora: Maria Clara Nascimento Barros.
7ª "A"





Pintura de paisagem.

Nesse capítulo, serão apresentados as pinturas de paisagem pelos alunos. É uma forma de arte onde os artistas retratam belas paisagens naturais, sendo uma atividade divertida e educativa, por permitir a exploração e a criatividade, desenvolvendo habilidades artísticas que se conectem com a natureza de maneira única.





Obra de Arte 8- Floresta encantada.



Autora: Maysa de Aquino Leitão.
7º "A".





Obra de Arte 9-Bosque feliz.



Autor: Enzo Marcos Muniz Nunes.
5ª "B"



21



Obra de Arte 10- Curtindo o Mar.



Autor: Daniel Santos Gregorio.
7ª "A".





Arte de Desenho "livre".

Nesse capítulo, serão mostrados arte livre, ela é uma forma de expressão artística onde as crianças têm total liberdade para criar sem restrições ou diretrizes pré-definidas.

Nesse tipo de atividade, não há regras rígidas ou expectativas sobre como a arte deve ser feita.





Obra de Arte 11- Árvore feliz.



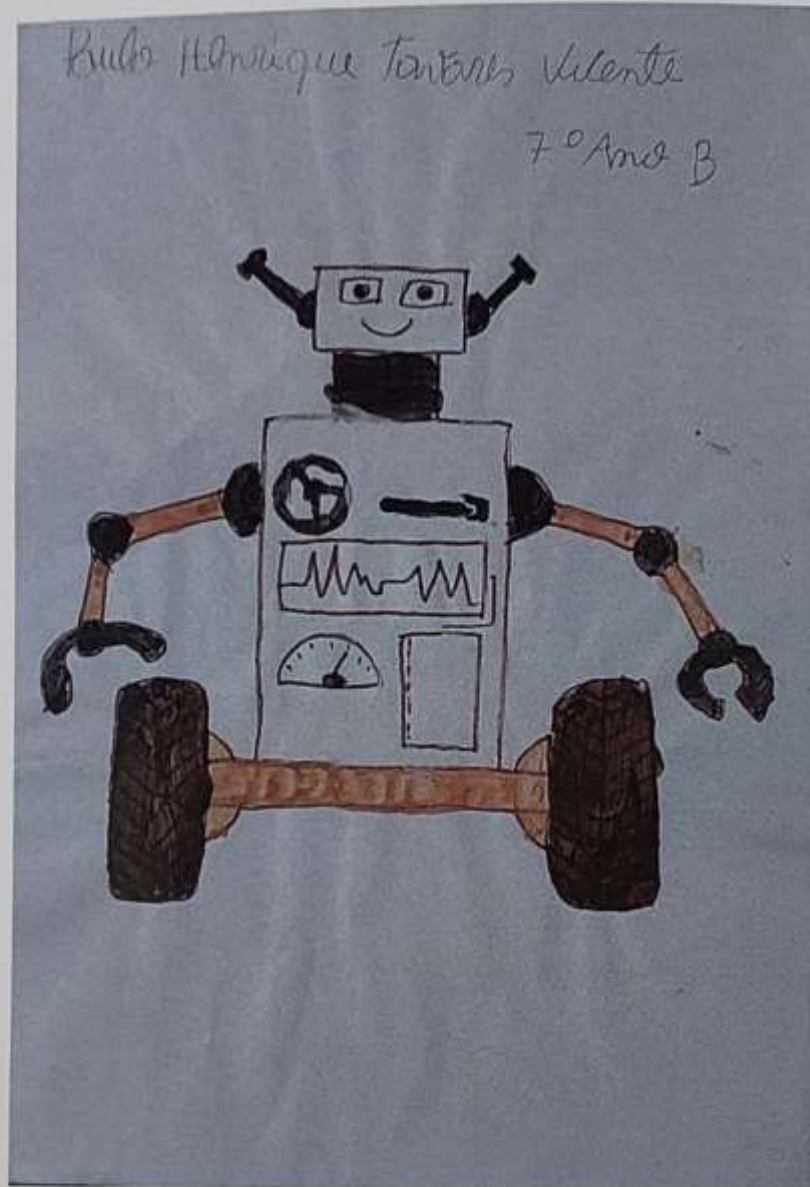
Autor: Lucas José dos Santos da
Silva. 7ª "A"

24





Obra de Arte 12- SES inteligencia
Robótica.



Autor: Paulo Henrique Tavares Vicente.
7ª "A".

25

Obra de Arte 13- Ela e o mundo
fantástico.



Autor: Fernando dos Santos Calheiros.
5ª "B"

26





Obra de Arte 14- O encontro da lua com o sol.



Autora: Ana Laura Santos de Souza.

5ª "B"



27

Obra de Arte 15- A bússola da vida.



Autora: Nataly Vitória Oliveira da
Silva.
5ª "B"

28





Obra de Arte 16- Mansão na floresta.



Autor: Guilherme Fernandes Pereira da Silva.

7ª "A"



29



Obra de Arte 17- A melhor melancia.



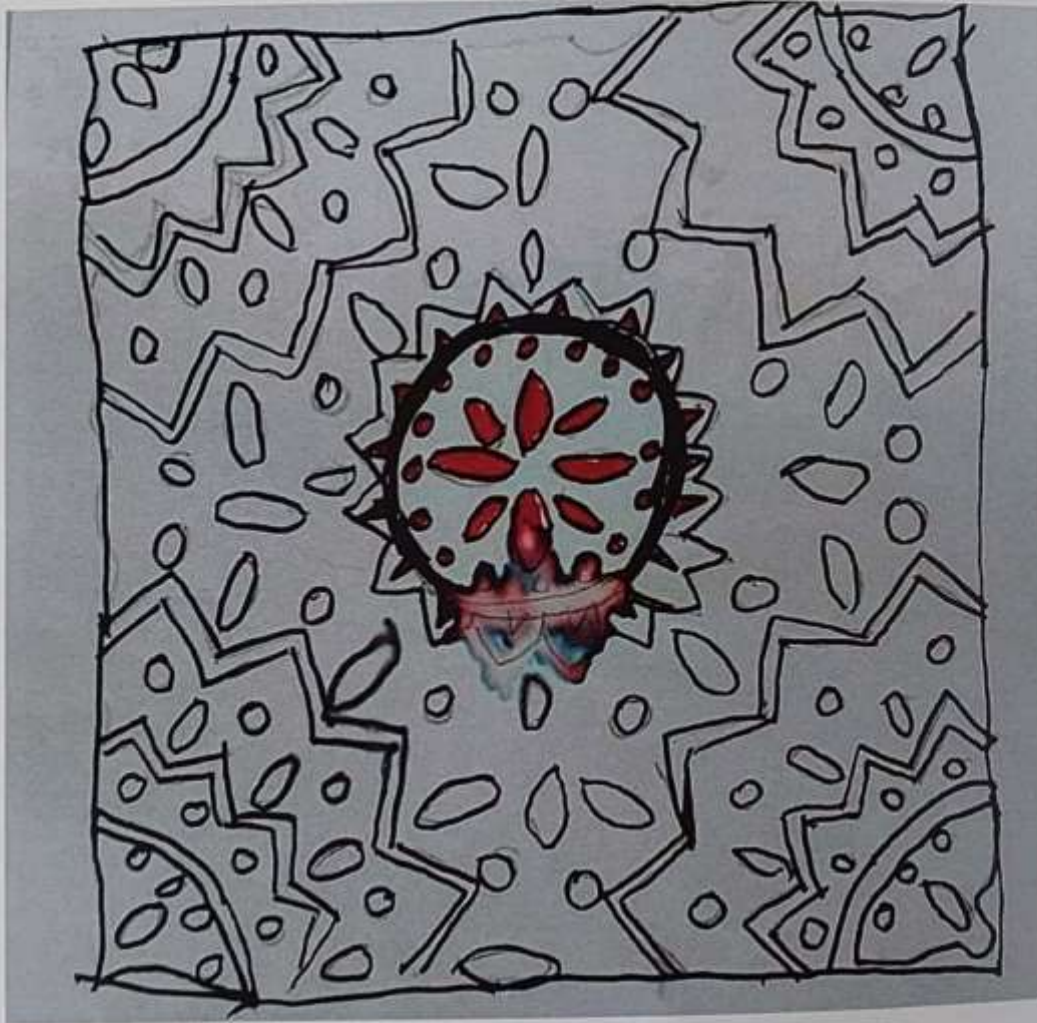
Autor: Henrique Ariel Carvalho Furtado.
7ª "A"

30





Obra de Arte 18-Elementos caóticos.



Autor: José Gabriel Viera Brasil.

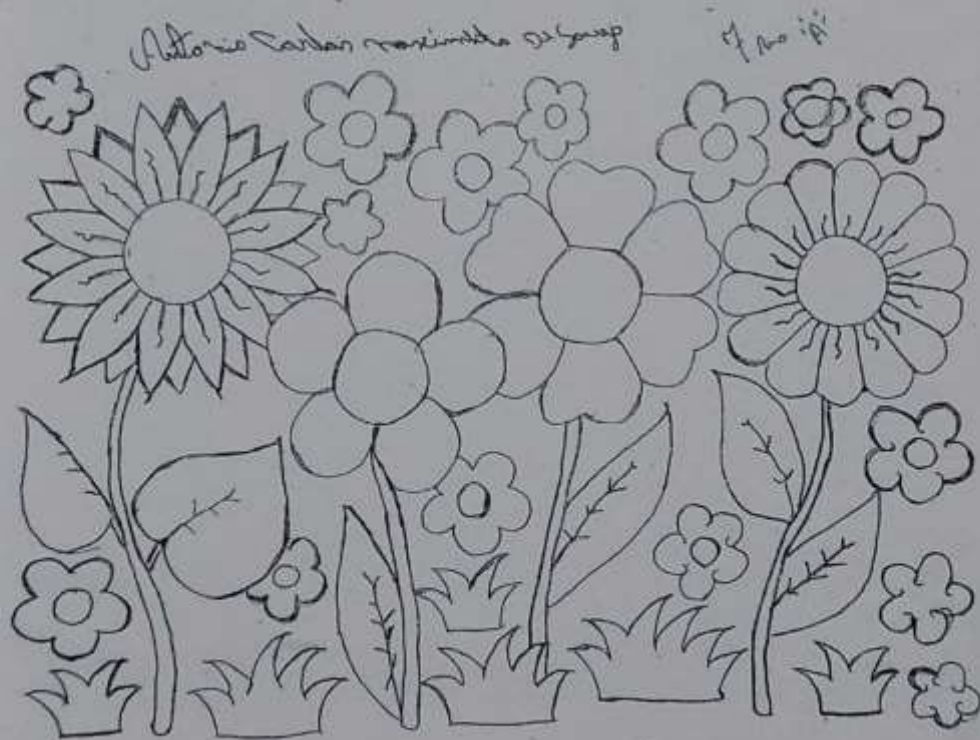
7ª "A"



31



Obra de Arte 19- Andreia.



Autor: Antonio Carlos do
Nascimento de Souza.

7ª "A"

32





Obra de Arte 20- Casa mágica.



Autor: Gabriel Enzo Anjos Garcia.

7ª "A"



33

Arte com as mãos.



Nesse capítulo será mostrado as artes dos alunos feitas com as mãos. Essa abordagem artística oferece uma experiência sensorial única, permitindo que as crianças explorem diferentes materiais e técnicas de uma maneira tátil e interativa.





Obra de Arte 21- Borboleta com as mãos.



Autora: Julia Emanuella Silva Barros.

5"B"



35



Obra de Arte 22- Depois da metamorfose.



Autora: Yasmim Caroline Rodrigues Texeira.
5ª "B"





Obra de Arte 23- Voando sobre o céu.



Autora: Yasmim Clarize Matos Oliveira.
5ª "B"



37



Obra de Arte 24- As árvores falantes.



Autora: Karina Santos Barros.
5ª "B"

38





Arte em relevo.

Este capítulo mostra as artes em relevo feita pelos alunos, pois é uma forma criativa, e envolvente de expressão artística.

Nessa técnica, os alunos usam materiais e técnicas para dar destaque e profundidade às suas obras de arte, criando uma sensação de relevo.





Obra de Arte 25- O mundo encantando.



Autora: Ana Clara Gomes Strada. 5^a
"B"

40





Obra de Arte 26- Menina de brilho.



Autora: Ires Caroline Stahl dos Santos.
5ª "B"



41

Arte com massa de modelar.



Este capítulo apresenta artes com massa de modelar, pois foi uma atividade divertida e criativa realizada pelos alunos.

A massa de modelar é um material maleável e colorido que permite que as crianças usem suas mãos e imaginação para criar uma variedade de formas e objetos.





Obra de Arte 27- Flores 3D.



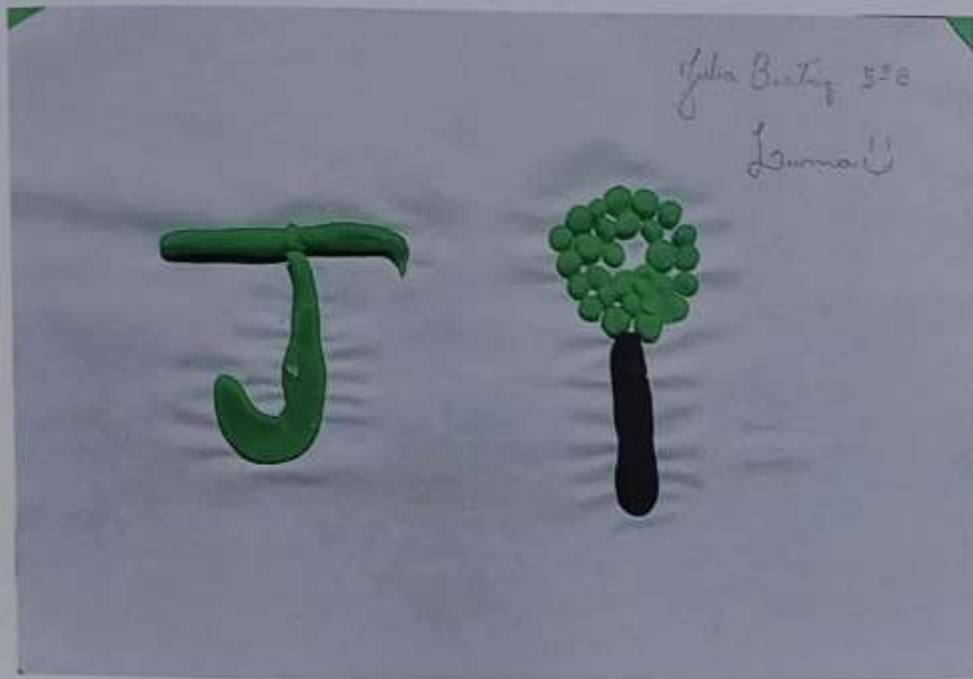
Autor: Richard Lopes Pereira Soares.
5ª "B"



43



Obra de Arte 28- Julia Ramos.



Autora: Julia Beatriz Tavares Ramos.
5ª "B"





Obra de Arte 29- Mundo de massinha.



Autora: Ana Clara Gomes Strada.
5ª "B"



45



Obra de Arte 30- Macieira.



Autora: Marieni Medeiros Rosa.
5ª "B"





Arte com formas geométricas.

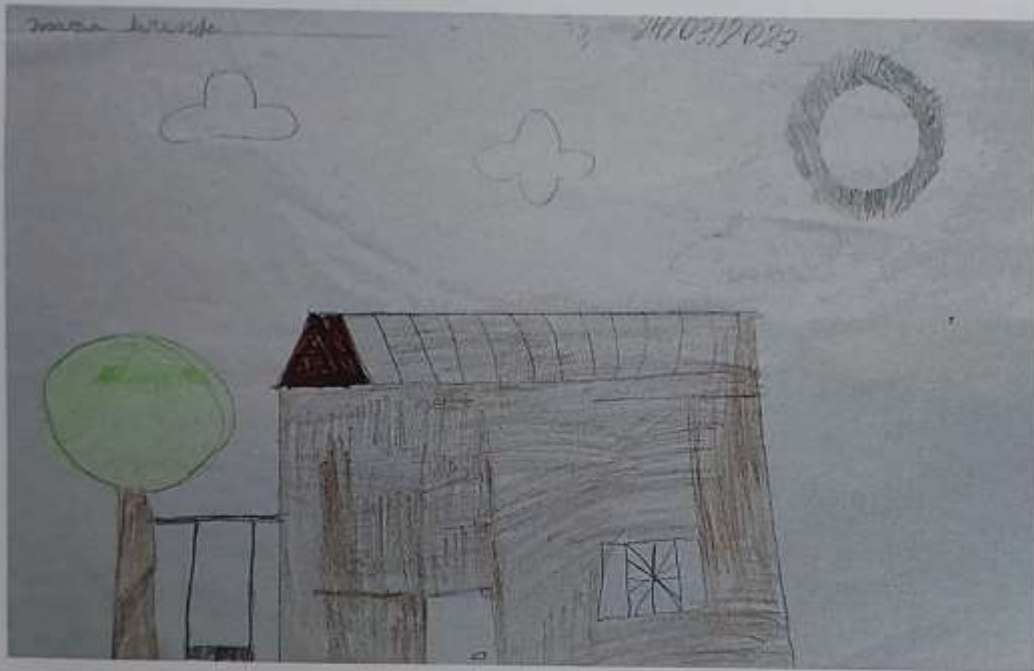
Nesse capítulo serão mostrados as artes feitas com base nas formas geométricas, ela é uma maneira divertida e educativa de explorar conceitos matemáticos e estimular a criatividade.

Nessa forma de expressão artística os alunos usam formas geométricas básicas, como círculos, quadrados, triângulos e retângulos, para criar composições visuais interessantes.





Obra de Arte 31- Casa maluca.



Autora: Maria Brenda Almeida Barros.
5ª "B"





Obra de Arte 32- Casa de formas geométricas.



Autor: Daniel Silva Laurindo.

7ª "A"

49



Obra de Arte 32-Mundo Invertido.



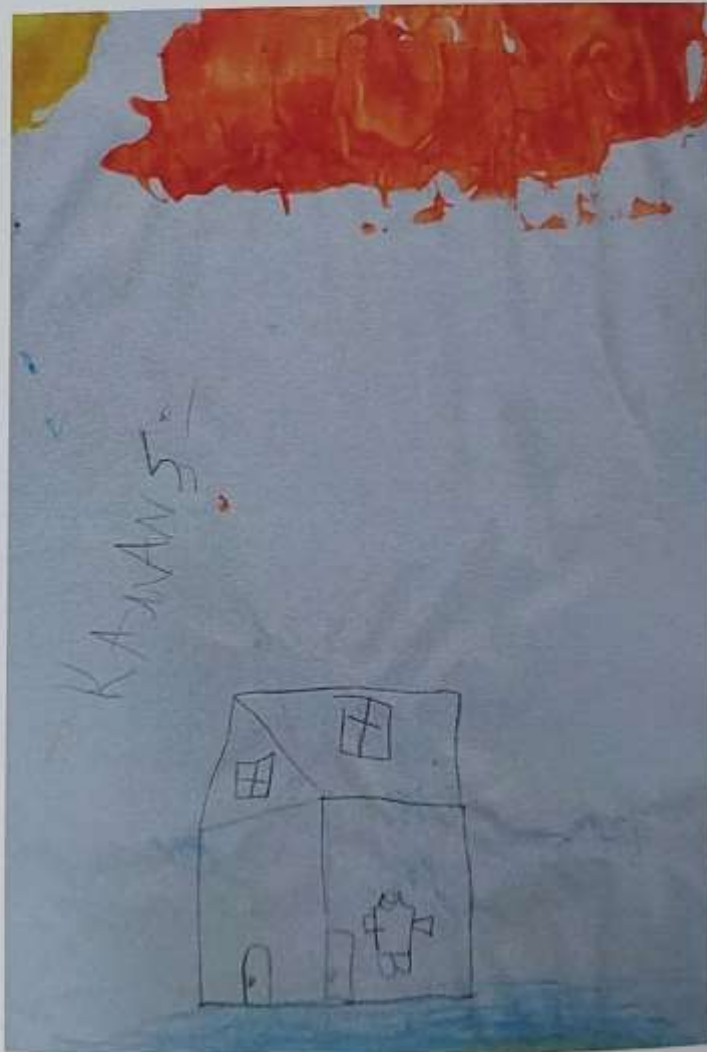
Autor: Gabriel Barroso da Silva.

7ª "A"






Obra de Arte 34- Casa na praia.



Autor: Kauan Lima Merele. 5ª "B"



51



Artes da Primeira Feira de
Direito Autoral da Escola
Teodoro de Assunção.





ISBN: 978-65-00-73112-5

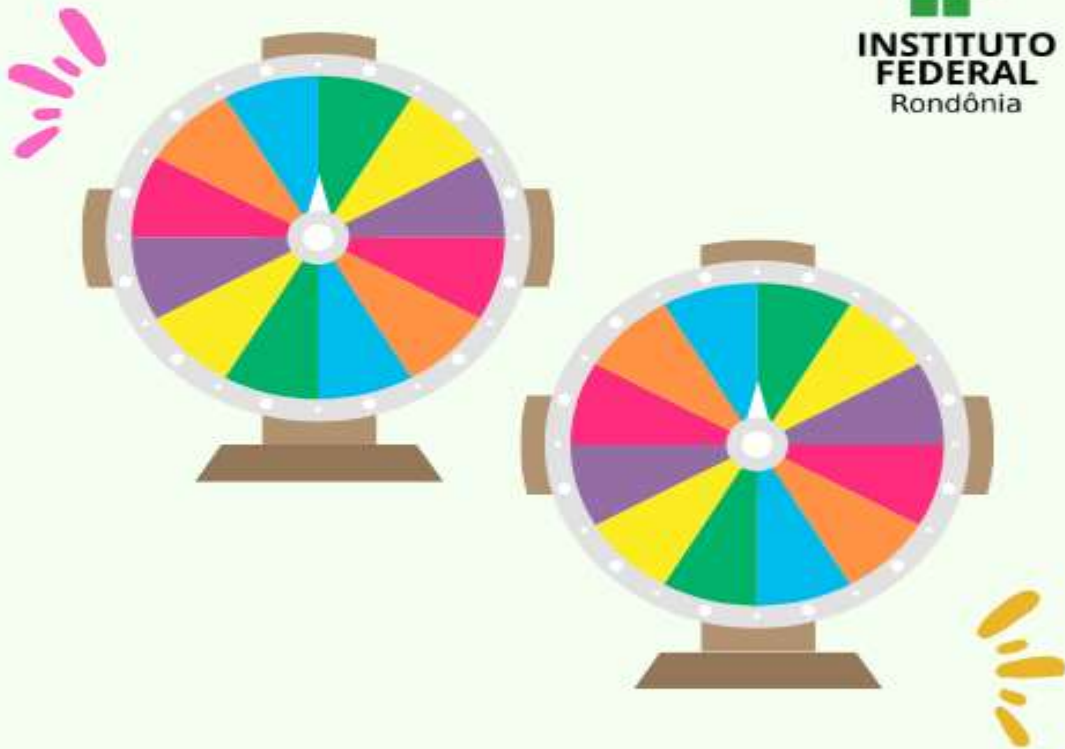
CBL



9 786500 731125

3.Manual

MANUAL DE USO DAS ROLETAS GIRATÓRIAS



**Organizadora: Luma de Oliveira Silva
Rayssa Oliveira Silva**

Colaboração: Alecsandra Oliveira de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Manual de uso das roletas giratórias [livro eletrônico] / organizadora Luma de Oliveira Silva, Rayssa Oliveira Silva ; colaboração Alecsandra Oliveira de Souza. -- Candeias do Jamari, RO : Ed. das Autoras, 2024.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-00-91874-8

1. Direitos autorais 2. Educação 3. Práticas educacionais 4. Propriedade intelectual I. Silva, Luma de Oliveira. II. Silva, Rayssa Oliveira. III. Souza, Alecsandra Oliveira de.

24-190285

CDD-370.71

Índices para catálogo sistemático:

1. Práticas educativas : Educação 370.71

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253



Bem-vindo(a) ao Manual de uso das roletas pedagógicas desenvolvidas para o ensino de Propriedade Intelectual (PI) na educação. Este guia visa fornecer orientações sobre a utilização das roletas giratórias.





Sumário

1. Introdução.....	4
1.1 Objetivos Principais.....	4
2. Como Utilizar as Roletas Pedagógicas.....	5
2.1 Preparação do Ambiente.....	5
2.2 Formação de Grupos.....	5
2.3 Girando as Roletas.....	5
2.4 Atividades Relacionadas.....	5
2.5 Discussão em Grupo.....	5
3. Dicas para Facilitar o Processo.....	6
3.1 Flexibilidade nas Atividades.....	6
3.2 Estímulo à Participação.....	6
4. Exemplo de utilização.....	7
5. Conclusão.....	8
5.1 Esperanças para o Uso das Roletas.....	8
5.2 Impacto na Educação sobre PI.....	8



1. INTRODUÇÃO

4

As roletas foram projetadas para estimular a criatividade e promover o aprendizado sobre PI, especialmente no campo do direito autoral.

1.1 Objetivos principais

Incentivar a participação, explorar temas e facilitar discussões.



**5**

2. Como Utilizar

2.1 **Preparação:** posicione as roletas em um local acessível para os alunos.

2.2 **Formação de Grupos:** divida a turma em grupos, considerando o número de roletas disponíveis.

2.3 **Girando as Roletas:** permita que cada grupo gire as roletas para receber seu tema.

2.4 **Atividades Relacionadas:** cada tema fornecerá uma palavra ou conceito relacionado à PI. Encoraje os alunos a desenvolverem atividades criativas com base nesses temas.

2.5 **Discussão em Grupo:** reserve um tempo para que cada grupo compartilhe suas criações e discuta como a PI se aplica ao tema escolhido.



**6**

3. Dicas

3.1 **Flexibilidade:** sinta-se à vontade para adaptar as atividades conforme necessário, promovendo a criatividade dos alunos.

3.2 **Estímulo à Participação:** incentive todos os alunos a participarem ativamente nas discussões e atividades propostas.





4. Exemplo de utilização

4.1 Tema: "arte"

7

O tema visa racionalizar como os direitos autorais se aplicam à produção artística, desde pinturas e esculturas até outras formas de expressão visual. Explorar o direito autoral na arte proporciona uma compreensão sobre a relevância de proteger e reconhecer a autoria nas criações artísticas.

4.2 Significado para os alunos

Abordar o direito autoral na arte significa reconhecer o valor intrínseco do trabalho artístico, incentivando a originalidade, a autenticidade e a compreensão de como suas criações podem ser protegidas legalmente.



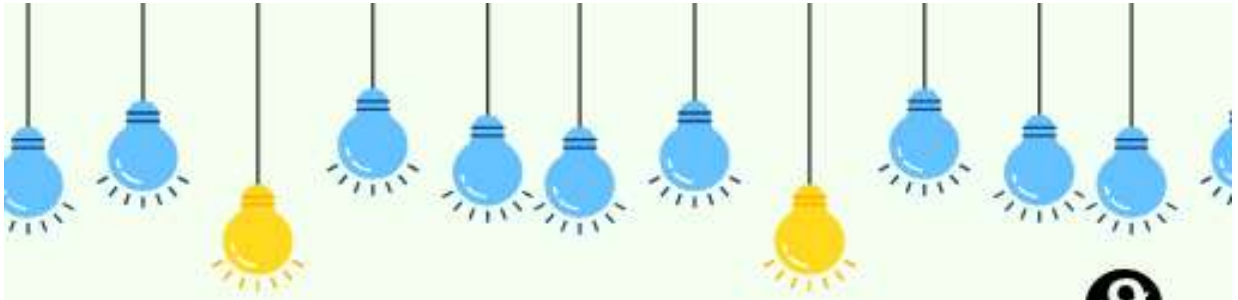


8

4.3 Atividades Desenvolvidas

Os alunos podem ser desafiados a criar obras de arte originais, explorando diferentes formas de expressão visual. Essa atividade estimula a criatividade e promove a compreensão de como as escolhas artísticas estão ligadas aos direitos autorais.

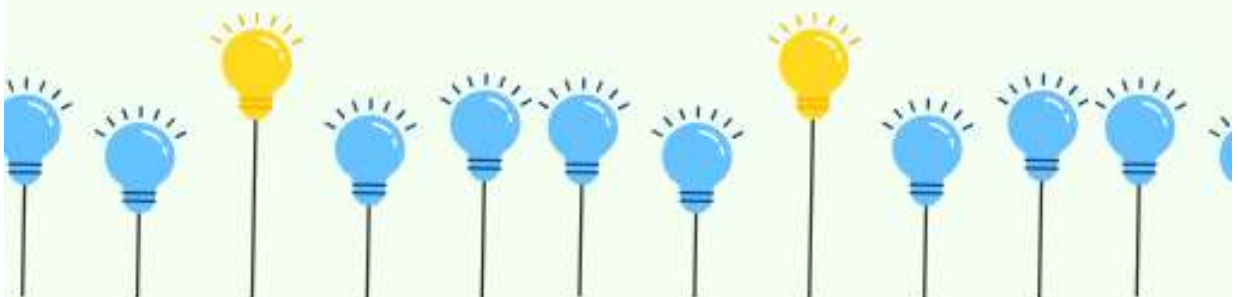




5. Conclusão

9

Esperamos que as roletas pedagógicas enriqueçam as atividades educacionais sobre PI na escola, promovendo uma compreensão p e prática dos conceitos relacionados à propriedade intelectual.





ANEXO E -Carta de Anuência

GOVERNO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
E.E.E.F.M. TEODORO DE ASSUNÇÃO
DECRETO DE CRIAÇÃO 086/48 DE 04/06/1948
DECRETO DE DENOMINAÇÃO: 11.072/11/06/2004
AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO: PORTARIA Nº 1.444/09/GAB/SEDUC
Portaria de Validação e Convalidação nº 13/2021/SEDUC-NRE- 05 de janeiro de 2021.

CARTA DE ANUÊNCIA

Eu João Bosco Viana de Oliveira, na qualidade de diretora escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Teodoro de Assunção autorizo a realização da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC intitulado MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO DA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO ENTRE OS ALUNOS DOS ANOS FINAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA a ser conduzida sob a responsabilidade da servidora e estudante de mestrado PROFNIT/IFRO Luma de Oliveira Silva, declaro ainda sobre a importância e necessidade da realização de um material didático sobre essa temática para que os alunos tenham a preparação para o nível o médio integrado com a educação profissional técnica. Este termo é válido apenas no caso de haver parecer favorável da Comissão Acadêmica Nacional – CAN avaliadora deste trabalho.

Por ser expressão, assino esta.


Candeias do Jamari/RO,
21/06/2022.

Assinatura

E.E.E.F.M Teodoro de Assunção
João Bosco Viana de Oliveira
Diretor
Port. 1040/2021/SEDUC-RTFG

RUA: 01 Nº 964 – BAIRRO: SANTA ISABEL
CEP: 78938-000 CANDEIAS DO JAMARI – RO
Email: escolateodoro@seduc.ro.gov.br

ANEXO F – Declaração de interesse



GOVERNO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

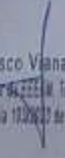
E.E.E.F.M. TEODORO DE ASSUNÇÃO
DECRETO DE CRIAÇÃO 086/48 DE 04/06/1948
DECRETO DE DENOMINAÇÃO: 11.072/11/06/2004
 Portaria de Validação e Convalidação nº 13/2021/SEDUC-NRE- 05 de janeiro de 2021.
RUA: 01 Nº 964 – BAIRRO: SANTA ISABEL
CEP: 78938-000 CANDEIAS DO JAMARI – RO
 Email: escolateodoro@seduc.ro.gov.br


DECLARAÇÃO DE INTERESSE

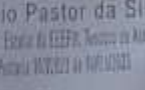
A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Teodoro de Assunção, identificada com o código INEP 11005050, situada na Rua 01, nº 964, Bairro Santa Isabel – CEP: 76.860-000, em Candéias do Jamari, por meio de sua equipe gestora composta pelo diretor escolar João Bosco Viana de Oliveira, a vice-diretora Leila Lunardi e o secretário Sérgio Pastor da Silva, manifestam interesse em receber a adoção dos produtos educacionais desenvolvidos no projeto pela aluna Luma de Oliveira Silva matriculada no programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação – ProfNIT

Atenciosamente,

Candéias do Jamari/RO, 27 de novembro de 2023.


João Bosco Viana de Oliveira
 Diretor Escolar da E.E.E.F.M. Teodoro de Assunção
 Portaria 13/2021 de 04/01/2021


Leila Lunardi
 Vice Diretora
 Portaria nº 28/2021 SEDUC - NRE


Sérgio Pastor da Silva
 Secretário Escolar da E.E.E.F.M. Teodoro de Assunção
 Portaria 13/2021 de 04/01/2021

E.E.E.F.M. TEODORO DE ASSUNÇÃO
DECRETO DE CRIAÇÃO 086/48 DE 04/06/1948
DECRETO DE DENOMINAÇÃO: 11.072/11/06/2004
RUA: 01 Nº 964 – BAIRRO: SANTA ISABEL
CEP: 76.860-000 CANDEIAS DO JAMARI – RO
 Email: escolateodoro@seduc.ro.gov.br

ANEXO G - ANEXO I- ATA DA 153ª REUNIÃO DA COMISSÃO ACADÊMICA NACIONAL (CAN)



Associação Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação



ATA DA 153ª REUNIÃO DA COMISSÃO ACADÊMICA NACIONAL (CAN) DATA: 17 de novembro de 2022, 09h30 [horário de Brasília] LOCAL: MCONFERNP

CAN – Quórum – 7 de 13 pode deliberar.

Wagna Piler Carvalho dos Santos	Coordenadora Acadêmica Nacional	Presente
Silvia Beatriz Uchôa	Representante do FORTEC	Presente
Eduardo Meireles (Titular) Luciane Cleonice Durante (Titular) Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior (suplente) Claudio Vinícius Silva Farias (suplente)	Dois Representantes Docentes	Presente Presente Presente Ausente
Tatiane Luciano Balliano Eliana Almeida	Coordenador do Ponto Focal Sede UFAL	Presente Ausente
Flávia lima do Carmo Renata Angeli	Coordenação Nacional da Disciplina Conceitos e Aplicações de Propriedade Intelectual (PI)	Ausente Ausente
Tatiane Luciano Balliano	Coordenação Nacional da Disciplina Conceitos e Aplicações de Transferência de Tecnologia (TT)	Presente
Olivan Rabelo Silvia Beatriz Uchôa	Coordenação Nacional da Disciplina Prospecção Tecnológica (PROSP)	Ausente Presente
Eduardo Meireles (Presidente) Tatiane Luciano Balliano Silvio Claudio da Costa Samira Abdallah Hanna/Estevão Freire Edilson Pires	Coordenação Nacional da CAA e da Disciplina Seminário de Projeto de Mestrado (SEM)	Presente Presente Ausente Ausente Ausente
Gesil Sampaio Amarante Segundo Edilson Pedro Araken Alves de Lima	Coordenação Nacional da Disciplina Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação e o Estado Brasileiro (POL)	Presente Ausente Ausente
Luciane Cleonice Durante Helano Diógenes Pinheiro	Coordenação Nacional da Disciplina Metodologia da Pesquisa Científico- Tecnológica e Inovação (MET)	Presente Presente
Núbia Moura Ribeiro (Titular), Ana M. T. Mata (Titular), Cristina M. Quintella (Titular), Glória Maria Marinho Silva (Titular), Gesil Sampaio Amarante Segundo (Titular), Maria Hosana Conceição (Titular), Irineu Afonso Frey (Titular), Josealdo Tonholo (Titular), Manuel Mira Godinho (Titular), Renata Angeli (Titular), Samira Abdallah Hanna (Titular), Silvia Beatriz Beger Uchôa (Titular), Tecia Vieira Carvalho (Titular), Alexandre Guimarães Vasconcellos (Suplente), Alexandre dos Santos (Suplente), Araken Alves de Lima (Suplente), Carlos Ricardo Maneck Malfatti (Suplente), Eduardo Meireles (Suplente), Edilson Pedro (Suplente), Elias Ramos de Souza (Suplente), Estevão Freire (Suplente), Grace Ferreira Ghesti (Suplente), Maria das Graças Ferraz Bezerra (Suplente), Paulo Jose Lima Juiz (Suplente), Paulo Gustavo Barboni Dantas Nascimento (Suplente), Rita de Cássia Pinheiro Machado (Suplente), Ricardo Carvalho Rodrigues (Suplente), Silvio Claudio da Costa (Suplente), Tatiane Balliano (Suplente), Ticiano Gomes do Nascimento (Suplente), Wagna Piler Carvalho dos Santos (Suplente)	Coordenação Nacional de Editoração e Publicações (C.Ed.)	Presente
Jordão Moreira da Silva Júnior – Titular Fabrício Pires de Carvalho – 1º suplente Anderson Marcos Santos Lobo – 2º suplente	Representação Estudantil (mandato até 17 de novembro de 2023)	Ausente Presente Ausente

Participantes com voz

Maira Silva

Secretaria PROFNIT

**Pauta:**

Expediente

1. Eleições representantes discente – posse dos eleitos [Relatoria: Comissão de eleição]
2. ENA 23 [Relatoria: Comissão do ENA 23]
3. Nova composição da Coordenação de MET [Relatoria]
4. Chamada 02/2022 - Credenciamento, Recredenciamento e Descredenciamento de Pontos Focais e Docentes – [Relatoria: Comissão]
5. Homologação de defesas de TCC para envio do selo de autenticidade do PROFNIT e FORTEC aos Pontos Focais [Relatoria: Comissão da CAA / CT-CAA]
6. Homologação de pareceres da CAA sobre as propostas de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso [Relatoria: Comissão da CAA / CT-CAA]
7. Andamento das ações do PROFNIT

O que ocorrer

Aprovação da ata desta reunião.



Expediente

Não foram registrados, desde a última reunião da CAN, itens no Formulário Google (<https://goo.gl/forms/4ckEwilgL4OPPrq33>).

1. Eleições representantes discente – Posse dos eleitos

A CAN deu posse aos representantes eleitos para o mandato novembro de 2022 a novembro de 2023:

Jordão Moreira da Silva Júnior – IFPB – 55 votos (Titular)

Fabrizio Pires de Carvalho – UEMG – 46 votos (1º suplente)

Anderson Marcos Santos Lobo – UFRB – 36 votos (2º suplente)

2. ENA 23

Os recursos da Etapa 1 – Prova Nacional foram apreciados e respondidos pela Comissão Nacional de Seleção ENA23, responsável por essa etapa. O gabarito foi alterado para as questões 03 e 20 e a questão 13 anulada na Prova Nacional. O resultado final da Etapa 1 – Prova Nacional e o gabarito retificado foram publicados em 11/nov/2022, conforme calendário do processo seletivo.

As atividades estão ocorrendo conforme cronograma das Chamadas ENA 23. Os formulários para encaminhamento dos documentos do candidato relativos à Etapa 2 – Análise Curricular foram abertos às 08h do dia 16/nov/22 e serão fechados às 23h59 do dia 18/nov/22. Lembrando que a Etapa 2 é coordenada pelos pontos focais e de sua responsabilidade.

3. Nova composição da Coordenação de MET

O atual Coordenador Nacional da disciplina de Metodologia da Pesquisa Científico-Tecnológica e Inovação (MET), Profa. Glória Maria Marinho Silva, informou sobre sua impossibilidade de continuar à frente da Coordenação e indicou a Profa. Luciane Cleonice Durante para a presidência da Coordenação, ficando o Prof. Helano Diógenes Pinheiro como Vice Coordenador. O que foi aprovado por unanimidade.

Registram-se os agradecimentos a professora Glória Maria Marinho Silva por todo seu excelente trabalho no período que esteve à frente da coordenação da disciplina de MET.

4. Chamada 02/2022 - Credenciamento, Recredenciamento e Descredenciamento de Pontos Focais e Docentes

As atividades estão ocorrendo conforme cronograma da última retificação da Chamada 02/2022. Os formulários para encaminhamento dos documentação à CAN pela CAI de cada Ponto Focal foram abertos no dia 20/out/22 e fechados às 23h59min do dia 15/nov/22 (horário oficial de Brasília). Foi constituída a comissão técnica ampliada para avaliação das submissões à Chamada 02/2022 (Portaria 16/2022/CAN). O instrumento modelo de parecer, que será utilizado pela comissão, foi apresentado. O instrumento foi baseado no aplicado na Chamada de 2020 e aperfeiçoado frente às novas normas e critérios de credenciamento.



Ponto Focal	Mestre	Orientadores / Coorientadores	Data da Defesa	Título	Produto de TCC
UNIFAP	MÁRCIO LUÍS GÔES DE OLIVEIRA	CLÁUDIO MÁRCIO CAMPOS DE MENDONÇA	20/10/2020	Inovação e Empreendedorismo na Amazônia: Proposta de Processo de Incubação de Empreendimentos de Base Tecnológica para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP	<ul style="list-style-type: none"> • Artigo publicado em revistas com Qualis no mínimo B3 vigente da área de Administração; • Texto dissertativo do TCC; • Material didático dirigido a um público específico e sobre Propriedade Intelectual, e/ou Transferência de Tecnologia para Inovação Tecnológica

6. Homologar pareceres da CAA sobre as propostas de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
A CAA relatou e indicou para aprovação as demandas listadas abaixo, que foram homologadas por unanimidade pela CAN.

PROJETOS DE TCC APROVADOS

*Alteração de projeto de TCC

** Alteração completa do Primeiro envio do Projeto de TCC

PI&TT&Inovação: Propriedade Intelectual e/ou Transferência de Tecnologia e/ou Inovação Tecnológica.

Ponto focal	Discente	Orientadores/ Coorientadores	Tema	Produto Principal de TCC	Comprovantes
IFRO	JUDSON CASCAES MATOS	MARCIO RODRIGUES MIRANDA	Estratégia para inclusão do tema propriedade intelectual no curso de engenharia de controle e automação do Instituto Federal de Rondônia	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de formação profissional ministrados para fora do PROFNIT sobre Propriedade Intelectual, e/ou Transferência de Tecnologia para Inovação Tecnológica 	<ul style="list-style-type: none"> • Link do material didático gerado; • Comprovante de registro no órgão nacional competente; • Declaração do demandante de que foi finalizado e entregue; • Matriz de SWOT (FOFA); • Diagrama do Modelo de Negócio CANVAS; • Artigo submetido a revista de qualis B3 ou superior; • Texto Dissertativo



Ponto focal	Discente	Orientadores/ Coorientadores	Tema	Produto Principal de TCC	Comprovantes
IFRO	LUMA DE OLIVEIRA SILVA	ALECSANDRA OLIVEIRA DE SOUZA	Material didático (jogo educativo) sobre Propriedade Intelectual (direito autoral) para alunos de ensino fundamental da E.E.E.F.M Teodoro de Assunção.	<ul style="list-style-type: none"> Material didático dirigido a um público específico e sobre Propriedade Intelectual, e/ou Transferência de Tecnologia para Inovação Tecnológica 	<ul style="list-style-type: none"> Link do material didático gerado (Manual); Comprovante de registro no órgão nacional competente; Declaração do demandante de que foi finalizado e entregue; Matriz de SWOT (FOFA); Diagrama do Modelo de Negócio CANVAS; Artigo submetido a revista de qualis B3 ou superior; Texto Dissertativo
IFCE	DÉBORA XIMENES LEITE**	GLORIA MARIA MARINHO SILVA / TECIA VIEIRA CARVALHO	Relevância dos aspectos de proteção da Propriedade Intelectual na tomada de decisões de operações de investimentos em Startups no Brasil	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Técnico Conclusivo (RTC) sobre Propriedade Intelectual e/ou Transferência de Tecnologia para Inovação Tecnológica 	<ul style="list-style-type: none"> RTC; Comprovante de entrega do RTC aos interessados; Texto Dissertativo; Matriz de SWOT (FOFA); Diagrama do Modelo de Negócio CANVAS; Artigo submetido a revista de qualis B3 ou superior.
IFCE	FLAVIANA DAMASCENO MOREIRA**	JOELIA MARQUES DE CARVALHO / MARIA DO SOCORRO DE ASSIS BRAUN	A Propriedade Intelectual sob a ótica do ecossistema que compõem os programas de pós-graduação stricto sensu do IFCE	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Técnico Conclusivo (RTC) sobre Propriedade Intelectual e/ou Transferência de Tecnologia para Inovação Tecnológica 	<ul style="list-style-type: none"> RTC; Comprovante de entrega do RTC aos interessados; Texto Dissertativo; Matriz de SWOT (FOFA); Diagrama do Modelo de Negócio CANVAS; Artigo submetido a revista de qualis B3 ou superior.

ANEXO H- Declaração Proficiência em Inglês





EnglishScore

This is to certify that

Luma de Oliveira Silva

has achieved CEFR B1 in the **EnglishScore Core Skills** test.



Grammar 250	Vocabulary 393	Reading 313	Listening 282
-------------	----------------	-------------	---------------

CEFR B1 · Intermediate

Valid from **11 Jan 2023** to **10 Jan 2025**

Verified Use code **f7647ae2** at englishscore.com/verify

CORE SKILLS



Joanna Pearson

English & Exams, Director of New Product Development
British Council

Accredited and endorsed by



Verifying the certificate holder

These images were taken at random intervals during the test session.



For further verification of this certificate holder, please visit [englishscore.com/verify](https://www.englishscore.com/verify) and enter this certificate's **unique code f7647ae2**.

Understanding the EnglishScore



EnglishScore



CEFR level



Compare CEFR to IELTS**

At this CEFR level you:

understand the main points of clear, standard speech on familiar topics such as work, school and leisure, as well as the main point of radio and TV programmes on current affairs or topics of personal or professional interest;

understand texts using simple, everyday language related to familiar matters or work and personal letters describing events, feelings and wishes;

use common grammatical structures to describe experiences and events, dreams, hopes and ambitions or to relate the plot of a book or film, as well as give reasons and explanations for opinions and plans.

**These charts can only be used as approximate comparisons and cannot be considered evidence of actual or expected IELTS® scores.

ANEXO I- Proposta de Oficina Profissional



Proposta de Oficina Profissional

Em atendimento (NIT50) Oficina Profissional do Projeto Pedagógico do PROFNIT (6 créditos)

Dados do aluno			
Ponto Focal	IFRO - CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE	Ano de ingresso	2022
Nome do aluno	Luma de Oliveira Silva		
Semestre em que cursa a disciplina	3	Período da Oficina Profissional	MARÇO DE 2023
Dados da Oficina Profissional			
Organização	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)		
Setor da organização	DEPESP - Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação		
Marcar todos os setores da sociedade em que se insere a organização	<input type="checkbox"/> Setor acadêmico; <input type="checkbox"/> Setor empresarial; <input type="checkbox"/> Setor governamental;	<input type="checkbox"/> Sociedade organizada não-governamental; <input type="checkbox"/> Outro	
Nome Supervisor	Xênia de Castro Barbosa		
CPF Supervisor	740.927.822-68	Celular do Supervisor	(69) 9250-7696
Email do Supervisor	xenia.castro@ifro.edu.br	Telefone Supervisor	(69) 2182-8922 (ramal: 8922)
Título	Oficina de difusão de conhecimentos sobre registro de marcas e patentes.		
Marcar todas as atividades em que atuará	(x) Legislação e políticas públicas referentes a propriedade intelectual e transferência de tecnologia para inovação tecnológica; () Políticas de estímulo à proteção das criações; () Avaliação da conveniência da proteção das criações e sua divulgação; () Processamento de pedidos e de manutenção dos títulos de propriedade intelectual; () Licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia; () Estudos de prospecção tecnológica e de inteligência competitiva no campo da propriedade intelectual, de forma a orientar as ações de inovação; () Estudos e estratégias para a transferência de inovação; () Promoção e acompanhamento de relacionamento academia-empresa; () Negociação e gestão de acordos de transferência de tecnologia; () Atividades rotineiras de diálogo e de ações academia-empresa, interagindo propositivamente com os diversos setores.		



Resumo das atividades previstas (até 150 palavras)	<p>A oficina profissional tratou da produção de <i>folders</i> educativos, elaborados com vistas a contribuir na divulgação de informações sobre a proteção da propriedade industrial, com ênfase no registro de marcas e patentes. O público-alvo foram servidores do Instituto Federal de Rondônia. As informações foram elaboradas de maneira sintética e atrativa ao leitor, com base na Lei n.º 9.279 de 14 de Maio de 1996 e orientações contidas no site oficial do INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compartilhamento dos formulários requeridos pelo Programa de Mestrado em Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação; - Reunião de apresentação das demandas do Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação do <i>Campus</i> Porto Velho Calama aos mestrando estagiários; - Alinhamento do produto a ser desenvolvido com o Coordenador local do Programa de Mestrado em Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação; - Análise documental da Lei n.º 9.279 de 14 de Maio de 1996; - Pesquisa, seleção e síntese das informações; - Elaboração do protótipo do folder; - Apresentação do protótipo ao Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação do <i>Campus</i> Porto Velho Calama, para avaliação; - Correção do folder em termos de revisão ortográfica, gramatical e de espaçamentos; - Apresentação da versão final do produto ao Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação do <i>Campus</i> Porto Velho Calama; - Validação do produto junto ao Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação do <i>Campus</i> Porto Velho Calama; - Divulgação do produto junto à comunidade acadêmica do IFRO.
Vai utilizar no seu TCC?	Não há previsão de uso direto do produto no TCC.
Parecer da CAI	APROVADA
Parecer conclusivo	Data da reunião da CAI: _____ () Aprovado () Reprovado



Se reprovado, preencher justificativa com base nos critérios abaixo.

Critérios relativos à produção	
Aderência	
Impactos	
Aplicabilidade	
Inovação	
Complexidade	
Critérios relativos ao Plano de Trabalho	
Clareza	
Coerência	
Domínio do assunto	

Diretrizes relativas aos critérios de justificativa para reprovação

1. Aderência

O critério aderência valida uma oficina profissional para o PROFNIT, visto que as atividades deverão apresentar origens na formação do projeto pedagógico do PROFNIT.

2. Impacto

A avaliação deste critério está relacionada com as mudanças causadas pela Oficina Profissional na experiência do aluno no ambiente profissional. Para avaliar tal critério é importante entender o motivo, onde a questão do demandante se torna de grande relevância, e também deve estar claro qual o foco de aplicação, permitindo assim avaliar em qual(is) área(s) as mudanças poderão ser percebidas. Portanto, deverão ser detalhadas as seguintes informações:

- Demanda: Podendo ser espontânea, contratada ou por concorrência.
- Objetivo da Oficina Profissional para a formação do aluno PROFNIT
- Área impactada pela Oficina Profissional: A qual poderá ser a área social, econômica, jurídica, etc.

3. Aplicabilidade

O critério aplicabilidade faz referência a facilidade com que se pode empregar na experiência da Oficina Profissional a fim de atingir seus objetivos específicos de formação do alunos PROFNIT. Entende-se que possua uma alta aplicabilidade apresentará uma abrangência elevada, ou que poderá ser potencialmente elevada. Para avaliar tal critério, as características a seguir deverão ser descritas e justificadas:

- Abrangência potencial;
- Replicabilidade.

4. Inovação

O conceito de inovação é muito amplo, mas em linhas gerais, pode-se definir como a ação ou ato de inovar, podendo ser uma modificação de algo já existente ou a criação de algo novo. Considerando esta amplitude e para fins de avaliação deste critério, veja a seguinte classificação:



- Oficina Profissional com alto teor inovativo: vivenciar um desenvolvimento com base em conhecimento inédito;
- Oficina Profissional com médio teor inovativo: vivenciar uma combinação de conhecimentos pré-estabelecidos;
- Oficina Profissional com baixo teor inovativo: vivenciar um conhecimento existente;
- Oficina Profissional sem inovação aparente: vivência sem interação com inovação.

Cabe destacar que esta classificação para o critério inovação se baseia somente na produção de conhecimento durante a Oficina Profissional, não fazendo referência a usabilidade, complexidade, impacto ou qualquer outra característica da produção avaliada.

5. Complexidade

Complexidade pode ser entendida como um critério associado à diversidade de atores, relações e conhecimentos necessários às atividades da Oficina Profissional. Considerando esta amplitude e para fins de avaliação deste critério, veja a classificação seguinte:

- Oficina Profissional com alta complexidade: vivência em desenvolvimento com sinergia ou associação de diferentes tipos de conhecimento e interação de múltiplos atores (laboratórios, empresas, etc.); há multiplicidade de conhecimento, identificável nas etapas/passos e nas atividades, bem como demanda a resolução de conflitos cognitivos entre os atores partícipes;
- Oficina Profissional com média complexidade: vivência numa combinação de conhecimentos pré-estabelecidos e estáveis nos diferentes atores (laboratórios, empresas, etc.);
- Oficina Profissional com baixa complexidade: vivência de desenvolvimento baseado em alteração/adaptação de conhecimento existente e estabelecido sem, necessariamente, a participação de diferentes atores.

6. Clareza

Para avaliar a clareza, deve ser considerado o resumo das atividades propostas, como será executado, sua relevância para a formação do aluno.

7. Coerência

Para avaliar a coerência, deve ser considerada a correlação entre o resumo das atividades propostas e o perfil do egresso do PROFNIT.

8. Domínio do assunto

Domínio do assunto pode ser entendido como a capacidade do aluno aproveitar a Oficina Profissional com base na sua experiência pregressa avaliada pelo currículo Lattes e disciplinas já cursadas do PROFNIT.

ANEXO J- DECLARAÇÃO DISPONIBILIDADE SUPERVISOR VOLUNTÁRIO



DECLARAÇÃO DISPONIBILIDADE SUPERVISOR VOLUNTÁRIO

Em atendimento (NIT50) Oficina Profissional do Projeto Pedagógico do PROFNIT (6 créditos) que requer vivência na rotina de atividades de propriedade intelectual e transferência de tecnologia para inovação, venho por meio desta declarar que aceito ser Supervisora, voluntariamente, como contribuição social, de **Luma de Oliveira Silva**, acadêmica do ProfNIT, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) sob o N°: 033.289.252-28IFRO.

Declaro, ainda, que supervisionarei a Oficina Profissional intitulada “Difusão de conhecimentos sobre registro de marcas e patentes”, a qual será desenvolvida no período de 01/03/2023 a 10/04/2023, num total de 90 horas, no Instituto Federal de Rondônia – *Campus* Porto Velho Calama, situado na Av. Calama, 4985 – Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, em Porto Velho - RO, CEP: 76820-441.

Porto Velho, 1 de Março de 2023.

Supervisor da Oficina Profissional

Nome: Xênia de Castro Barbosa

CPF: 740.927.822-68

Cargo: Chefe do Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

Portaria N° 1.251, de 24 de Junho de 2019

Coordenador do Setor onde será realizada a Oficina Profissional

Nome: Xênia de Castro Barbosa

CPF: 740.927.822-68

ANEXO K- Relatório Final de Oficina Profissional



Relatório Final de Oficina Profissional


Em atendimento (NIT50) Oficina Profissional do Projeto Pedagógico do PROFNIT (6 créditos)

Dados do aluno			
Ponto Focal	IFRO	Ano de ingresso	2022
Nome do aluno	Luma de Oliveira Silva		
Semestre em que cursa a disciplina	3	Período da Oficina Profissional	MARÇO DE 2023
Dados da Oficina Profissional			
Organização	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)		
Setor da organização	DEPESP - Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação		
Marcar todos os setores da sociedade em que se insere a organização	<input type="checkbox"/> Setor Acadêmico; <input type="checkbox"/> Setor empresarial; <input type="checkbox"/> Setor Governamental;	<input type="checkbox"/> Sociedade Organizada Não-Governamental; <input type="checkbox"/> Outro	
Nome Supervisor	Xênia de Castro Barbosa		
CPF Supervisor	740.927.822-68	Celular do Supervisor	(69) 9250-7696
Email do Supervisor	xenia.castro@ifro.edu.br	Telefone Supervisor	(69) 2182-8922 (ramal: 8922)
Houve alteração do que foi aprovado? Se sim, explique e justifique			
Título			
Marcar todas as atividades em que atuou	<input checked="" type="checkbox"/> Legislação e políticas públicas referentes a propriedade intelectual e transferência de tecnologia para inovação tecnológica; <input type="checkbox"/> Políticas de estímulo à proteção das criações; <input type="checkbox"/> Avaliação da conveniência da proteção das criações e sua divulgação; <input type="checkbox"/> Processamento de pedidos e de manutenção dos títulos de propriedade intelectual; <input type="checkbox"/> Licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia; <input type="checkbox"/> Estudos de prospecção tecnológica e de inteligência competitiva no campo da propriedade intelectual, de forma a orientar as ações de inovação; <input type="checkbox"/> Estudos e estratégias para a transferência de inovação; <input type="checkbox"/> Promoção e acompanhamento de relacionamento academia-empresa; <input type="checkbox"/> Negociação e gestão de acordos de transferência de tecnologia; <input type="checkbox"/> Atividades rotineiras de diálogo e de ações academia-empresa, interagindo propositivamente com os diversos setores.		



Resumo das atividades realizadas (até 150 palavras)	A oficina profissional tratou de produção de <i>folders</i> educativos, elaborados com vistas a contribuir na divulgação de informações sobre a proteção da propriedade industrial, com ênfase no registro de marcas e patentes. As informações foram elaboradas de maneira sintética e atrativa ao leitor, com base na Lei n.º 9.279 de 14 de Maio de 1996 e orientações contidas no site oficial do INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial).
Atividades desenvolvidas (até 1.000 palavras)	<p>Dentre as atividades desenvolvidas no âmbito da Oficina Profissional, foram realizadas as seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compartilhamento dos formulários requeridos pelo Programa de Mestrado em Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação; - Reunião de apresentação das demandas do Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação do <i>Campus</i> Porto Velho Calama aos mestrando estagiários; - Alinhamento do produto a ser desenvolvido com o Coordenador local do Programa de Mestrado em Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação; - Análise documental da Lei n.º 9.279 de 14 de Maio de 1996; - Pesquisa, seleção e síntese das informações; - Elaboração do protótipo do folder; - Apresentação do protótipo ao Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação do <i>Campus</i> Porto Velho Calama, para avaliação; - Correção do folder em termos de revisão ortográfica, gramatical e de espaçamentos; - Apresentação da versão final do produto ao Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação do <i>Campus</i> Porto Velho Calama; - Divulgação do produto junto à comunidade acadêmica do IFRO.
Houve geração de produtos de sua autoria? Se sim, marque todos os que se apliquem	<p>() a) Elaboração e encaminhamento de pedidos de registros de propriedade intelectual, bem como depósito de software livre em repositório reconhecido ou obtenção de licenças alternativas ou flexíveis para produção intelectual, desde que demonstrado o uso pela comunidade acadêmica ou pelo setor produtivo;</p> <p>() b) Construção de base de dados técnico-científicas;</p> <p>(X) c) Desenvolvimento de aplicativos e materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas;</p> <p>() d) Desenvolvimento de tecnologias sociais;</p> <p>() e) Produção de programas de mídia;</p> <p>() f) Elaboração de relatórios técnicos com regras de sigilo;</p> <p>(X) g) Elaboração de relatório relativo à proposição ou a avaliação de programas, projetos e políticas institucionais ou públicas;</p> <p>() h) Elaboração de manuais de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação, ou adequação tecnológica;</p> <p>() i) Elaboração de projetos de inovação tecnológica; projeto de aplicação ou adequação tecnológica;</p> <p>() j) Elaboração de processos de gestão de inovação;</p> <p>() k) Curadoria de coleções biológicas;</p> <p>() l) Editoria;</p> <p>() m) Elaboração de artigos originais e publicações tecnológicas.</p>



<p>Se gerou produtos, descrevê-los (até 150 palavras)</p> <p>Anexar comprovantes desses produtos</p>	<p>O material tem como objetivo demonstrar de forma objetiva os trâmites para o registro de marcas e patentes junto Instituto Nacional da Propriedade Industrial.</p> <p>O material contém informações embasadas na Lei n.º 9.279/96.</p> <p>LINK para o material desenvolvido: https://www.canva.com/design/DAFdUixidjY/xQZCmLhAzJrpLA5TV8y-GQ/edit?utm_content=DAFdUixidjY&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton</p> <p>https://www.canva.com/design/DAFdN0yuM78/acZ198FzLI08JumTpRhVg/edit?utm_content=DAFdN0yuM78&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton</p>
<p>Vai utilizar no seu TCC?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Parcialmente <input checked="" type="checkbox"/> Não</p>
<p>Assinatura do Supervisor</p>	
<p>Assinatura do aluno</p>	<p><i>Leuma de Oliveira Silva</i></p>
<p>Assinatura docente Responsável Institucional pela disciplina</p>	

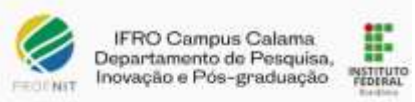
ANEXO L- Produtos gerados (folder)

É patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

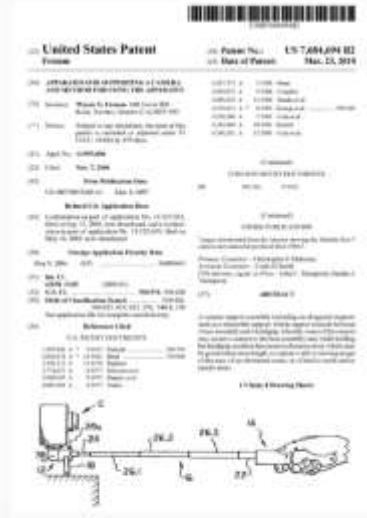
Art. 8º da Lei 9279/9

Referências

Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Guia Básico de Patente. Disponível em:
<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/patentes/guia-basico>. Acesso em: 14 mar. 2023.



O que é uma Patente?



A patente concede ao(à) inventor(a) o direito exclusivo de explorar comercialmente uma invenção ou modelo de utilidade, impedindo que terceiros façam uso de sua invenção sem a sua autorização.

Saiba mais:

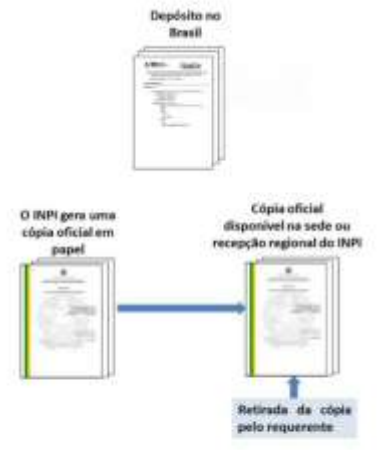
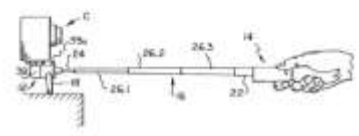
Autores

Luma de Oliveira Silva
 Marcio Pompermeier
 Suan Couto de Almeida

Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de tecnologia para Inovação - PROFNIT

Você também poderá conceder licenças de uso da patente a terceiros, em troca de remuneração.

Patente nº US 7.684.694
 Aparelho para suportar uma câmera e método para usar o aparelho.



Art. 40. A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos e a de modelo de utilidade pelo prazo 15 (quinze) anos contados a data de depósito.

Para entender como funcionar faça uma consulta na base de dados do INPI



Marca de produto ou serviço: aquela usada para distinguir produto ou serviço de outro idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa.

Art. 122 da Lei 9279/96

Passo para o registrar da marca:

- Realize uma pesquisa prévia no site do INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial);
- Defina a categoria de registro;

Referências

Propriedade Industrial. Marca. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/marcas>. Acesso em: 14 mar. 2023.

Saiba mais:



Autores

Luma de Oliveira Silva
Marcio Pompermaier
Suan Couto de Almeida

IFRO Campus Calama
Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

INSTITUTO FEDERAL
Roraima

O que é uma marca?



Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de tecnologia para Inovação - PROFNIT.

Tempo de duração de um registro de marca?

Esse registro tem o prazo de dez anos, contados da data da concessão, prorrogáveis por períodos iguais e sucessivos.

TIPOS DE MARCAS

Figurativa



Mista



Titular: De Pla Material Fotográfico Ltda.
Link: www.depla.com.br

Tridimensional



NATUREZA JURÍDICA

Art. 128. Podem requerer registro de marca as pessoas físicas ou jurídicas de direito público, ou de direito privado.

§ 1º As pessoas de direito privado só podem requerer registro de marca relativo à atividade que exerçam efetiva e licitamente, de modo direto ou através de empresas que controlem direta ou indiretamente, declarando, no próprio requerimento, esta condição, sob as penas da lei.

CONSULTA BASE DE DADOS DO INPI



Passos para pedido de registros:

- Aguarde o exame de mérito;
- Espere a publicação do registro;
- Veja se existe a concessão do registro.